CAMINHOS NÃO VIOLENTOS DE MUDANÇA SOCIAL

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA - BUREAU DE PROGRAMAS DE INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS

DEPARTAMENTO DE ESTADO DO EUA / MARÇO DE 2009/
VOLUME 14 / NÚMERO 3

http://www.america.gov/publications/ejournalusa.html

Programas de Informações Internacionais:

Coordenador	Jeremy F. Curtin
Editor executivo	Jonathan Margolis

Diretor de criação	George Clack
Editor-chefe	Richard W. Huckaby
Editor-gerente	Bruce Odessey
Gerente de produção	Christian Larson
Gerente adjunto de produção	Chloe D. Ellis
Produtora Web	Janine Perry

Editora de cópias	Kathleen Hug
Editora de fotografia	Maggie Johnson Sliker
Projeto da capa	Diane Woolverton
Especialista em referências	Anita N. Green
Revisora do português	Marília Araújo

© Sergei Grits/AP Images

Foto da capa: no 15° aniversário da independência de Belarus em 2006, manifestantes seguram bandeira durante concerto de rock de comemoração em Minsk. Na camiseta, se lê: "Frente Jovem"

O Bureau de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA publica uma revista eletrônica mensal com o logo *eJournal USA*. Essas revistas analisam as principais questões enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional, bem como a sociedade, os valores, o pensamento e as instituições dos EUA.

A cada mês é publicada uma revista nova em inglês, seguida pelas versões em francês, português, espanhol e russo. Algumas edições também são publicadas em árabe, chinês e persa. Cada revista é catalogada por volume e por número.

As opiniões expressas nas revistas não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA. O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo nem pela continuidade do acesso aos sites da internet para os quais há links nas revistas; tal responsabilidade cabe única e exclusivamente às entidades que publicam esses sites. Os artigos, fotografias e ilustrações das revistas podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a menos que contenham restrições explícitas de direitos autorais, em cujo caso é necessário pedir permissão aos detentores desses direitos mencionados na publicação.

O Bureau de Programas de Informações Internacionais mantém os números atuais e os anteriores em vários formatos eletrônicos, bem como uma relação das próximas revistas em *http://www.america.gov/publications/ejournalusa.html*. Comentários são bem-vindos na embaixada dos EUA no seu país ou nos escritórios editoriais:

Editor, *eJournal USA*
IIP/PUBJ
U.S. Department of State
301 4th St. S.W.
Washington, DC 20547
United States of America

E-mail: eJournalUSA@state.gov

Sobre Esta Edição

©Vadim Ghirda/AP Images

Manifestantes romenos protestam contra terroristas em 2004

Mahatma Gandhi, Martin Luther King Jr. e seus seguidores não aceitavam a opressão e a condição de cidadãos de segunda classe. Eles buscaram ativamente maneiras práticas e não violentas de libertar seu povo.

Os últimos 30 anos viram uma explosão dos movimentos não violentos de "poder popular" em todo o mundo, fazendo avançar os direitos humanos e derrubando governos repressores. Fazendo uso de campanhas de informação, boicotes, manifestações e outras táticas, os manifestantes mostraram que ações não violentas podem ser mais poderosas do que insurreições armadas na obtenção de mudanças sociais.

A tradição intelectual anglo-americana do pensamento não violento remonta a séculos, tendo sido disseminada para comunidades grandes e pequenas nos Estados Unidos e em outros países. Hoje, organizadores comunitários nos Estados Unidos ajudam as pessoas a reclamar seus direitos com os governos locais eleitos. Pessoas em todo o mundo lideram movimentos não violentos em uma grande variedade de campanhas – para salvar florestas locais da destruição, moradores de vilarejos da morte por minas terrestres e crianças de viverem na ignorância.

A tecnologia das redes de relacionamento da internet promete dar às pessoas ferramentas ainda mais poderosas para promoverem mudanças, como demonstrou o presidente Barack Obama em sua campanha para a eleição de 2008.

"Quando se aprimora a capacidade de comunicação de um grupo com outro, as coisas que eles podem alcançar juntos mudam", escreve o consultor em internet Clay Shirky nesta edição de *eJournal USA*.

Um exemplo bem conhecido é o grupo do site Facebook.com criado por jovens de Bogotá, na Colômbia, chamado No Mas FARC. Conectados on-line, eles organizaram manifestações contra as Farc, organização terrorista colombiana, tirando de casa 12 milhões de pessoas em 190 cidades do mundo. Em dezembro de 2008, os líderes do grupo anti-Farc reuniram-se com grupos de jovens de 15 países em Nova York e formaram a Aliança de Movimentos de Jovens, que se dedica a ajudar esses grupos a utilizar a tecnologia on-line para combater a violência.

Trabalhos científicos recentes indicam que esses movimentos estão profundamente enraizados na psique humana. A guerra, por exemplo, pode não ser uma parte da natureza humana determinada geneticamente. A teoria dos jogos sugere que a convivência também não é natural, mas que em determinadas circunstâncias as pessoas aprendem a cooperar em benefício de todos.

Os colaboradores desta publicação mostram coletivamente que a violência armada não é necessária para que se possa alcançar mudanças positivas. Tudo o que eles pedem é que a não violência tenha uma chance.

— Os editores

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA / MARÇO DE 2009/ VOLUME 14 / NÚMERO 3
http://www.america.gov/publications/ejournalusa.html

Caminhos Não Violentos de Mudança Social

Por que a não violência funciona

4 **O Poder da Ação Não Violenta**
STEPHEN ZUNES, PROFESSOR DE POLÍTICA, UNIVERSIDADE DE SÃO FRANCISCO
As revoltas armadas impõem grandes custos humanos. Os movimentos não violentos de "poder popular" souberam, com sucesso, chamar a atenção para a repressão oficial e conquistar o apoio dos indecisos.

8 **A Não Violência na História dos EUA**
IRA CHERNUS, PROFESSOR DE ESTUDOS RELIGIOSOS, UNIVERSIDADE DO COLORADO EM BOULDER
Com raízes na Europa do século 16, as tradições intelectuais do pensamento e da ação da não violência se desenvolveram nos Estados Unidos nos séculos 19 e 20 e se propagaram para a Ásia e a África.

Geração de mudanças de base

11 **O Que Fazem os Organizadores Comunitários?**
KATHY PARTRIDGE, DIRETORA EXECUTIVA, FUNDADORES ECUMÊNICOS
Milhões de cidadãos americanos têm recorrido a organizadores comunitários para ensiná-los a pressionar governos a fazer a coisa certa.

15 **A Campanha Eletrônica: Arregimentação de Voluntários e Eleitores**
DAVID TALBOT, CORRESPONDENTE-CHEFE DA *TECHNOLOGY REVIEW*
A vitória de Barack Obama na eleição de 2008 mostrou que as ferramentas da internet para doação de dinheiro e canalização eficiente dos esforços de grande número de voluntários podem ser extraordinariamente poderosas.

19 **Direcionando o Poder do Protesto**
CLAY SHIRKY, PROFESSOR, PROGRAMA DE TELECOMUNICAÇÕES INTERATIVAS DA UNIVERSIDADE DE NOVA YORK
Ferramentas de comunicação novas e simples estão removendo obstáculos para as ações coletivas de pessoas comuns e assim mudando o mundo.

Soluções sugeridas pela ciência

22 **A Guerra Nunca Vai Terminar?**
JOHN HORGAN, DIRETOR, CENTRO DE ESCRITOS CIENTÍFICOS, INSTITUTO DE TECNOLOGIA STEVENS
A guerra não faz parte da condição natural do homem. A civilização promove modos menos violentos de efetuar mudanças.

26 **O Dilema do Prisioneiro e Outras Oportunidades**
DAVID P. BARASH, PROFESSOR DE PSICOLOGIA, UNIVERSIDADE DE WASHINGTON
A teoria dos jogos sugere que, embora a cooperação não seja nada fácil de ser alcançada, é possível demonstrar que muitas vezes ela é preferível ao conflito.

Sete pessoas mudando o mundo

29 **Poucas Pessoas Fazendo Acontecer**
HOWARD CINCOTTA, CORRESPONDENTE ESPECIAL, AMERICA.GOV
Não existe uma fórmula única para implementar mudanças sociais significativas. Aqui estão sete pessoas que mostram como essa mudança pode ser realizada.

37 **Recursos Adicionais**

O Poder da Ação Não Violenta

Stephen Zunes

© Greg English/AP Images

Os movimentos de poder popular, tais como este de 1989 na Tchecoslováquia, ajudaram a derrubar muitos regimes autoritários

As revoltas armadas impõem grandes custos humanos. Os movimentos não violentos de "poder popular" souberam, com sucesso, chamar a atenção para a repressão oficial e conquistar o apoio dos indecisos.

Stephen Zunes é professor de Política da Universidade de São Francisco. É o principal coeditor do livro Nonviolent Social Movements [Movimentos Sociais Não Violentos] *(Blackwell, 1999) e preside o comitê de consultores acadêmicos do Centro Internacional sobre Conflito Não Violento.*

As campanhas de ações não violentas têm sido parte da vida política há milênios, desafiando os abusos de autoridades, liderando reformas sociais, exigindo o fim do domínio colonial e protestando contra o militarismo e a discriminação.

Mahatma Gandhi, da Índia, e Martin Luther King Jr., dos Estados Unidos, ambos brilhantes pensadores estratégicos, bem como grandes líderes morais, são provavelmente as lideranças mais conhecidas de tais movimentos. Não eram apenas comprometidos com a ação não violenta como o meio mais eficaz de travar suas respectivas lutas; também estavam profundamente ligados ao compromisso com a não violência como artigo de fé e princípio ético pessoal. No entanto, em muitos aspectos, Gandhi e Luther King tinham um comprometimento diferenciado em relação ao princípio da não violência, uma vez que a grande maioria dos movimentos não violentos e seus líderes não tem sido pacifista, tendo abraçado esse tipo de ação por considerá-la a melhor estratégia para fazer avançar suas lutas.

De fato, nas últimas décadas, principalmente as lutas não violentas não só levaram a reformas sociais e políticas

Bob Fitch/Black Star

Martin Luther King Jr. e Mahatma Gandhi abraçaram a não violência tanto como princípio quanto como estratégia

significativas, avançando a causa dos direitos humanos, mas também chegaram a derrubar regimes repressivos e forçar líderes a mudar a sua própria visão de governança. Em consequência, a resistência não violenta tem evoluído como estratégia com fim específico, associada a princípios religiosos ou éticos, para um método de luta reflexivo e mesmo institucionalizado.

De fato, os últimos 30 anos testemunharam uma notável explosão de insurreições não violentas contra governos autocráticos. Antes de tudo, os movimentos não violentos de "poder popular" têm sido responsáveis por fazer avançar a mudança democrática em quase 60 países durante esse período, forçando transformações substanciais em muitos deles. Outras lutas, embora reprimidas no final, representaram, apesar disso, sérios desafios a outros déspotas.

Em contraste com as lutas armadas, essas insurreições não violentas são movimentos organizados de resistência popular a autoridades governamentais que, seja conscientemente ou por necessidade, evitam o uso de armas da guerra moderna.

Ao contrário dos movimentos políticos convencionais, as campanhas não violentas empregam geralmente táticas não pertencentes aos processos políticos dominantes de propaganda eleitoral e *lobby*. As táticas podem envolver greves, boicotes, manifestações de massa, a contestação popular do espaço público, recusa de pagar impostos, destruição de símbolos da autoridade governamental (tais como carteiras oficiais de identificação), recusa de obedecer ordens oficiais (tais como restrições do toque de recolher) e a criação de instituições alternativas que contribuam para a legitimidade política e a organização social.

Por que a não violência funciona

Por muitos anos prevaleceu a crença de que os regimes autocráticos só podiam ser derrubados por meio da luta popular armada ou da intervenção militar estrangeira. Contudo, há uma consciência cada vez maior de que a ação não violenta pode ser realmente mais poderosa que a violência. Estudo acadêmico recente sobre 323 importantes insurreições em apoio à autodeterminação e à liberdade contra o domínio autocrático no século passado revelou que as principais campanhas não violentas obtiveram sucesso 53% das vezes, enquanto os principais movimentos violentos de resistência só conseguiram isso 26% das vezes. (Maria J. Stephan e Eric Chenoweth. "Why Civil Resistance Works: The Logic of Nonviolent Conflict [Por que a Resistência Civil Funciona: A Lógica do Conflito Não Violento]". *International Security*, vol. 33, no. 1, terceiro trimestre de 2008.)

Há várias razões por que insurgentes abandonaram a luta armada em favor da ação não violenta. Uma delas é a consciência cada vez maior em relação aos custos crescentes da guerra de insurgência. Nos últimos anos, a tecnologia tem dado às forças do *status quo* maiores possibilidades de derrotar ou, no mínimo, de neutralizar as revoltas armadas. Mesmo quando um movimento revolucionário armado é vitorioso, amplos segmentos da população são deslocados, fazendas e aldeias são destruídas, cidades e muito da infraestrutura do país são seriamente danificados, a economia é arruinada e ocorre devastação ambiental generalizada. O resultado líquido é uma compreensão cada vez maior de que os benefícios de uma revolução armada podem não valer o custo.

Outro fator a favor da não violência é a tendência de movimentos armados vitoriosos contra ditaduras, uma vez no poder, não conseguirem estabelecer sistemas políticos pluralistas, democráticos e independentes, capazes de apoiar o desenvolvimento econômico e social e promover os direitos humanos. Essas falhas resultam, em parte, de contrarrevolução, desastres naturais, intervenção externa, embargos comerciais e outras circunstâncias além do controle do movimento popular vitorioso.

No entanto, a opção pela luta armada como meio de obter poder tende a exacerbar esses problemas e a criar outros por conta própria. Entre outras coisas, a luta armada quase sempre promove o etos de uma vanguarda secreta de elite, minimizando a democracia e mostrando pouca tolerância com o pluralismo. Muitas vezes, divergências que poderiam ser resolvidas de forma pacífica em instituições não militarizadas levam a combates faccionais sangrentos. Alguns países experimentaram golpes militares ou guerras civis não muito tempo depois de movimentos revolucionários armados destituírem colonialistas ou ditadores autóctones. Outros se tornaram por demais dependentes de forças externas para fornecer as armas necessárias à sua manutenção no poder.

Evidencia-se também uma conscientização cada vez maior de que a resistência armada tende a indispor os elementos indecisos da população, que então procuram segurança no governo. Ao enfrentar uma insurgência violenta, o governo pode facilmente justificar a repressão. Mas a força usada contra os movimentos de resistência não armados normalmente faz com que os oponentes do governo sejam vistos com maior simpatia. Alguns compararam esse fenômeno com a arte marcial aikidô em que o movimento de oposição alavanca o poder repressor do Estado para apressar o seu fim.

Além disso, as campanhas sem armas envolvem um número muito maior de participantes do que apenas os jovens de boa compleição física geralmente encontrados nas fileiras da guerrilha armada, aproveitando o apoio da maioria do movimento popular. A resistência não armada também estimula a criação de instituições alternativas, que minam ainda mais o *status quo* repressivo e constituem a base de uma nova ordem democrática e independente.

A resistência armada é normalmente contraproducente ao legitimar o uso de táticas repressivas. Atos de violência por parte da oposição são geralmente bem acolhidos por governos autoritários e mesmo estimulados por meio da ação de agentes provocadores, porque isso justifica, então, a repressão do Estado. Mas a violência estatal desencadeada sobre os dissidentes provoca muitas vezes uma virada nas lutas não violentas. Um ataque do governo a manifestantes pacíficos pode ser a centelha que está faltando para transformar protestos periódicos em uma insurreição em grande escala.

SEMEANDO DIVISÃO

Os movimentos desarmados de resistência também tendem a semear divisões nos círculos pró-governamentais. Ocorrem normalmente divergências sobre como lidar de maneira eficaz com a resistência, uma vez que são poucos os governos preparados para tratar de revoltas sem armas, ao contrário do que acontece quando se trata de esmagar rebeliões armadas. A repressão violenta de um movimento pacífico pode na maioria das vezes alterar a percepção popular e das elites sobre a legitimidade do poder, o que explica por que funcionários do governo exercem geralmente menor repressão contra os movimentos não violentos. Além do mais, alguns elementos pró-governo passam a se preocupar menos com as consequências de chegar a um meio-termo com os rebeldes em caso de resistência não violenta.

Os movimentos desarmados também aumentam a probabilidade de deserções e não cooperação por parte do efetivo militar e policial desmotivado, ao passo que as revoltas armadas legitimam o papel do aparelho coercivo do governo, destacando sua autopercepção como protetor da sociedade civil. A força moral da não violência é crucial para a capacidade do movimento de oposição de reformular as percepções das principais partes: o público, as elites políticas e os militares, a maioria dos quais não tem nenhuma dificuldade em apoiar o uso da violência contra insurreições violentas.

A eficácia da resistência não violenta em dividir os partidários do *status quo* é evidente não apenas ao tornar os soldados menos eficientes, mas também ao desafiar as atitudes de toda uma nação e mesmo de atores estrangeiros, como na luta da África do Sul contra o *apartheid*. As imagens de manifestantes pacíficos — inclusive brancos, membros do clero e outros "cidadãos honrados" — transmitidas pela televisão para o mundo inteiro deram legitimidade às forças contra o *apartheid* e minaram o governo da África do Sul de uma forma que a rebelião armada não podia fazer. Enquanto se intensificava a resistência não violenta dentro do país, a pressão externa na forma de sanções econômicas e outras táticas solidárias da comunidade internacional aumentavam os custos de manutenção do sistema de *apartheid*.

Como resultado do aumento da interdependência global, a audiência não local de um conflito pode ser tão importante quanto a comunidade imediata. Assim como Gandhi se apresentava para os cidadãos britânicos de Manchester e Londres, os organizadores do movimento pelos direitos civis no Sul dos EUA se comunicavam com toda a nação e especialmente com o governo do presidente John Kennedy.

A insurgência dentro do bloco soviético foi propagada por meio de transmissões televisivas que divulgavam as

notícias de um país para o outro, legitimando os protestos locais que não mais pareciam eventos isolados organizados por dissidentes instáveis. O papel proeminente da mídia global durante o movimento popular contra Marcos em 1986 foi importante para forçar o governo dos EUA a reduzir seu apoio ao ditador das Filipinas. A repressão israelense dos protestos não violentos dos palestinos durante a primeira intifada no final dos anos 1980 despertou uma simpatia internacional sem precedentes para a sua luta contra a ocupação militar estrangeira. Como observou o acadêmico palestino-americano Rashid Khalidi, os palestinos haviam "por fim conseguido passar a realidade da sua vitimização para a opinião pública mundial".

Como um ingrediente proativo da resistência não violenta, a criação de estruturas alternativas fornece sustentação moral e prática para os esforços voltados para a realização de mudanças sociais fundamentais. As estruturas paralelas da sociedade civil podem tornar o controle estatal cada vez mais impotente, como ocorreu no Leste Europeu conduzindo aos eventos de 1989.

Nas Filipinas, Ferdinand Marcos perdeu o poder em 1986 não por conta da derrota de suas tropas e do assalto ao Palácio de Malacañang, mas da retirada de substancial apoio à sua autoridade, de modo que o palácio passou a ser a única parte do país que ele podia efetivamente controlar. No mesmo dia em que Marcos foi empossado oficialmente para outro mandato presidencial em cerimônia de Estado, sua adversária — Corazon Aquino, viúva de um crítico de Marcos assassinado — também simbolicamente tomou posse como presidente do povo. Dado que a maior parte dos filipinos considerava a eleição de Marcos fraudulenta, a grande maioria ofereceu sua lealdade à presidente Corazon Aquino em vez de ao presidente Marcos. A transferência de lealdade de uma fonte de autoridade e legitimidade a outra é um elemento essencial para o sucesso de uma revolta não violenta.

No curso de uma revolução não violenta bem-sucedida e com participação popular adequada, a autoridade política pode ser arrebatada do Estado e investida em organizações da sociedade civil à medida que essas instituições paralelas crescem em eficiência e legitimidade. O Estado pode desempenhar papel cada vez mais irrelevante e impotente enquanto as organizações não governamentais paralelas assumem crescente relevo nas tarefas de governança da sociedade, fornecendo serviços ao povo e criando equivalentes funcionais das instituições estatais.

RAÍZES AUTÓCTONES

Citando o apoio financeiro dado por algumas fundações externas financiadas por governos ocidentais a alguns grupos de oposição que depois participaram das chamadas revoluções coloridas entre nações do Leste Europeu e da ex-União Soviética, alguns regimes autoritários têm negado a legitimidade popular desses movimentos pró-democracia sob o argumento de que foram simplesmente "golpes de Estado leves" tramados pelos Estados Unidos ou outras potências ocidentais. No entanto, tais financiamentos externos não podem provocar uma revolução democrática liberal não violenta mais do que o apoio material e financeiro soviético a movimentos esquerdistas em décadas anteriores podia deflagrar uma revolução socialista armada. Um ativista de direitos humanos da Birmânia, referindo-se à tradição secular de resistência popular de seu país, observou que a própria ideia de um estranho precisar organizar o povo birmanês para se engajar em uma campanha de ação não violenta soa como "ensinar a avó descascar cebolas".

As revoluções de sucesso, qualquer que seja sua orientação ideológica, são o resultado de certas condições objetivas. De fato, nenhuma quantia de dinheiro pode forçar centenas de milhares de pessoas a deixar seus empregos, casas, escolas e famílias para enfrentar uma polícia fortemente armada e colocar seus corpos na linha a não ser que estejam sinceramente motivados a agir assim.

Ao longo da história forças externas têm promovido mudanças de regime por meio de invasões militares, golpes de Estado e outros tipos de tomada violenta de poder para instalar minorias não democráticas. Os movimentos não violentos de poder popular, ao contrário, possibilitam a mudança de regime ao dar mais poder às maiorias pró-democráticas.

Nenhum governo externo ou organização não governamental estrangeira pode concatenar uma fórmula padronizada de sucesso, porque os alinhamentos históricos, culturais e políticos de cada país são únicos. Nenhum governo estrangeiro ou ONG pode recrutar ou mobilizar o grande número de civis comuns necessários para criar um movimento capaz de desafiar a liderança política estabelecida de forma eficaz, muito menos de derrubar um governo.

Assim sendo, a maior esperança de fazer avançar a liberdade e a democracia entre as nações oprimidas do mundo não nasce nem da luta armada nem da intervenção de forças externas, mas das organizações democráticas da sociedade civil engajadas na ação estratégica não violenta. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

A Não Violência na História dos EUA

Ira Chernus

© Bettmann/Corbis

Os protestos não violentos contra a Guerra do Vietnã nos anos 1960 seguiram o exemplo do movimento pelos direitos civis dos EUA

Com raízes na Europa do século 16, as tradições intelectuais do pensamento e da ação da não violência foram desenvolvidas nos Estados Unidos nos séculos 19 e 20 e se propagaram para a Ásia e a África.

Ira Chernus é professor de Estudos Religiosos da Universidade do Colorado, em Boulder, e autor de American Nonviolence: The History of an Idea [Não Violência Americana: A História de uma Ideia].

Quando as pessoas se dispõem a criar mudança social, elas devem decidir se usarão ou não a violência para atingir seus objetivos. Aqueles que optam pela não violência podem, em principio, não fazer objeção à violência. Apenas acreditam que a violência não os ajudará a atingir suas metas, ou temem sair feridos, ou não podem convencer outras pessoas a se juntar a elas em atos violentos. Sua não violência é mera questão de conveniência ou pragmatismo.

Porém, ao longo dos séculos, muitas pessoas poderiam ter atingido seus objetivos por meio da violência – elas tinham os meios, a coragem e a força para praticar a violência – e mesmo assim decidiram não usá-la sob nenhuma circunstância. Preferiram seguir o caminho da não violência por uma questão de princípio. Embora muitos tenham sido inspirados a adotar esse princípio por razões emocionais e culturais, foram também influenciados pela rica tradição intelectual que apresenta argumentos lógicos a favor da não violência.

Essa tradição intelectual permeia toda a história dos EUA como um fluxo subterrâneo. Suas raízes remetem aos cristãos anabatistas da Europa do século 16, época do início do cristianismo protestante. Os anabatistas rejeitaram a violência porque estavam empenhados em permanecer separados da sociedade dominante e de seus múltiplos conflitos. Alguns de seus descendentes vieram para os Estados Unidos, onde estabeleceram o que é conhecido como igrejas históricas da paz.

A contribuição característica dos EUA ocorreu quando outros cristãos, que estavam profundamente envolvidos nos conflitos da sociedade, decidiram, por uma questão de princípio, buscar mudanças políticas e sociais usando apenas meios não violentos. O processo teve início na época colonial, antes de os Estados Unidos declararem sua independência da Grã-Bretanha, entre membros da Sociedade de Amigos, conhecidos como quakers. Seu estrito compromisso com a não violência levou alguns deles a se posicionar contra o pagamento de impostos de guerra, a escravidão de afro-americanos e a perseguição e o deslocamento de povos nativos americanos. Mas os quakers eram em essência um grupo religioso, cujas crenças os levaram à não violência.

© Corbis

O abolicionista Wendell Phillips profere discurso contra a escravidão no Boston Common em abril de 1851

A grande transformação veio nos anos 1820 e 1830, quando um grupo de pessoas de diferentes origens religiosas começou a exigir a abolição da escravidão nos Estados Unidos. Esses abolicionistas eram quase todos cristãos e nem todos estavam comprometidos em alcançar suas metas sem recorrer à violência. Os que estavam, porém, criaram o primeiro grupo formado com o objetivo de uma mudança político-social e optaram por meios não violentos. Eles acreditavam em Deus como o governante supremo do universo. Sendo assim, diziam, nenhum ser humano deve jamais exercer autoridade sobre outro ser humano. Com base nisso, eles denunciaram a escravidão. E, como a violência é sempre uma forma de exercer autoridade, o fato de a terem rejeitado seguiu a mesma lógica.

The same line of thinking influenced the great essayist Henry David Thoreau to go to jail rather than pay taxes to a government that supported war and slavery.

A mesma linha de pensamento influenciou o grande ensaísta Henry Thoreau em sua decisão de preferir a cadeia a pagar impostos a um governo que apoiava a guerra e a escravidão. Em seu famoso ensaio de 1849, "Desobediência Civil", Thoreau explicou que ele nunca obedeceria a uma lei injusta, independentemente da punição aplicada, porque as pessoas deveriam seguir sua própria consciência e não atender passivamente às exigências do governo. O principal objetivo de Thoreau era manter a própria virtude moral e sua liberdade para agir de acordo com a sua verdade. Mas ele chegou a ressaltar que, se um número suficiente de pessoas se recusasse a obedecer leis injustas, elas poderiam "paralisar a máquina" do Estado.

Tolstoi e Gandhi

Os textos dos abolicionistas e de Thoreau inspiraram o grande romancista russo Leon Tolstoi a se tornar um ardente expoente da não violência cristã. Seus escritos, por sua vez, ajudaram a moldar as ideias do maior de todos os ativistas não violentos, o líder do movimento de independência da Índia, Mahatma Gandhi. No século 20, as ideias de Tolstoi e de Gandhi retornaram aos Estados Unidos e inspiraram muito americanos, os quais geralmente não sabiam que grande parte da teoria da não violência havia se originado em seu próprio país.

Para Gandhi, a não violência era mais uma questão de intenção do que de comportamento propriamente dito. Ele definiu "violência" como a intenção de coagir outra pessoa a fazer alguma coisa que ela não queria fazer. Ações não violentas, como boicotes, bloqueios e desobediência às leis podem parecer coercitivas, mas, se realizadas no verdadeiro espírito da não violência, são meras formas de agir de acordo com a verdade moral de cada um. Elas deixam outras pessoas livres para reagir da forma que considerarem apropriada. Um seguidor da não violência de Gandhi diz, no espírito de Thoreau: "Estou fazendo o que sinto que devo fazer. Agora faça o que você sente que deve fazer. Você pode me prender, me bater ou até me matar. Mas você não pode tirar a minha liberdade de ser fiel à minha consciência."

Gandhi reconheceu que estava conclamando todas as pessoas a agir de acordo com a sua própria visão da verdade. Ninguém pode conhecer toda a verdade, disse, e devemos estar abertos para a possibilidade de descobrirmos mais tarde que estávamos errados. É por isso que nunca devemos impor nossas próprias opiniões aos outros. Mas devemos tomar uma posição firme – mesmo sob risco de

morte – com base na verdade como a vemos no momento. Só então poderemos descobrir por nós mesmos o que é a verdade, em qualquer situação.

Uma vez que não violência por princípio significa não coerção, as pessoas comprometidas com a não violência acreditam que nunca estão tentando transformar uma situação em algo que querem. Em sua visão, trabalham não com propósitos egoístas, mas para o bem de todos. De fato, segundo Gandhi, elas nunca deveriam se preocupar com o resultado de suas ações. Deveriam apenas ter a certeza de que estão fazendo a coisa moralmente certa em todos os momentos. Seguir a verdade moral representa tanto o meio como o fim da não violência; um processo justo é a meta. Sendo assim, a não violência não deveria ser julgada por sua capacidade de produzir resultados.

O mais famoso expoente da não violência nos Estados Unidos foi Martin Luther King Jr., grande porta-voz dos direitos civis dos afro-americanos nos anos 1950 e 1960. Luther King concordava com Gandhi que as ações não violentas devem ser sempre realizadas levando-se em conta a preocupação com o bem-estar de todas as pessoas, mesmo os injustos e os opressores. "Estamos presos em uma rede inevitável de mutualidade", proclamava, "unidos em um único tecido do destino. O que afeta uma pessoa diretamente, afeta todas indiretamente."

Porém, diferentemente de Gandhi, Luther King se preocupava com o resultado de suas ações. Ele julgava as estratégias do movimento pelos direitos civis não só por sua virtude moral intrínseca, mas também por sua eficácia no combate à discriminação contra os negros. Luther King queria provocar conflito e obter vitórias políticas.

Mas, desde que se trabalhe de forma não violenta por justiça e igualdade, argumentava Luther King, o conflito produzirá maior justiça e paz para todos. Assim, em sua visão, não há conflito entre o sucesso pessoal e o benefícios para a sociedade: "Estamos na posição privilegiada de ter nosso senso de moralidade mais profundo em uníssono com nossos próprios interesses." Segundo ele, mesmo quando nossos atos envolvem duras confrontações e pressões, contanto que estejamos motivados pelo amor desinteressado oferecido igualmente aos dois lados do conflito, estaremos trabalhando para harmonizar os lados opostos e melhorar a vida de todos. Nesse ponto, Gandhi certamente haveria de concordar.

Resultados da não violência

O movimento pelos direitos civis demonstrou que a não violência pode produzir resultados, desde que este seja o padrão de julgamento. Nos anos 1960, o movimento não violento pelo fim da Guerra do Vietnã – amplamente inspirado pelo sucesso dos ativistas dos direitos civis – desempenhou papel significativo no convencimento do governo dos EUA para retirar suas tropas do Vietnã.

Até os anos 1960, a maioria dos americanos comprometidos com o princípio da não violência foi movida pelas crenças religiosas cristãs. Mas o movimento de protesto contra a Guerra do Vietnã envolveu muitas pessoas que não eram cristãs. A Irmandade Judaica pela Paz (fundada em 1941) cresceu de modo significativo. Um movimento budista emergente foi liderado pelos ensinamentos de Thich Nhat Hahn e, mais tarde, do Dalai Lama.

Havia também muito mais americanos sem afiliação religiosa que aderiram à não violência. Também podiam encontrar inspiração nos textos da feminista Barbara Deming. A não violência é necessariamente coercitiva, escreveu ela. Mas força as pessoas a parar de fazer coisas que elas não têm o direito moral de fazer. A não violência não fere a liberdade de fazer tudo a que se tem direito. Assim, a não violência é a força mais eficaz para se fazer mudança social e política duradoura, porque é a forma menos provável de antagonizar as pessoas que estão sendo forçadas a mudar.

Desde os anos 1960, os Estados Unidos têm presenciado um interesse crescente pela não violência por princípio aplicada a várias questões políticas, embora seus adeptos ainda representem apenas uma pequena parcela da população.

Os movimentos de não violência nos Estados Unidos também ajudaram a gerar movimentos similares no mundo todo. Esses movimentos obtiveram melhoria significativa das condições de vida – mais notavelmente na derrubada de regimes totalitários do Leste Europeu às Filipinas. Ativistas da não violência ajudaram a acabar com os amargos conflitos há muito tempo existentes na Irlanda do Norte, na Guatemala e no Timor Leste, entre outros lugares. Estão atualmente ativos em várias linhas de frente em zonas de conflito no mundo todo. Ao longo da história, os Estados Unidos estão no centro de um processo global em curso de mudança social e política não violenta. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

O Que Fazem os Organizadores Comunitários?

Kathy Partridge

© Nam Y. Huh/AP Images

O organizador comunitário David Wilson conversa com moradores de Chicago sobre problemas habitacionais

Milhões de cidadãos americanos têm recorrido a organizadores comunitários para ensiná-los a pressionar governos a fazer a coisa certa.

Kathy Partridge é diretora executiva da Fundadores Ecumênicos (Interfaith Funders), rede de doadores religiosos e seculares que trabalham para promover a área de organização comunitária de congregações.

Na campanha eleitoral presidencial de Barack Obama em 2008, o candidato citou sua experiência como organizador comunitário em Chicago para provar que entendia os problemas dos trabalhadores comuns.

Seus adversários sugeriram que faltava à organização comunitária "responsabilidades reais" como as de um prefeito ou de um governador.

Na realidade, o trabalho de um organizador comunitário está repleto de responsabilidades reais.

Comecemos com a seguinte história: algumas mulheres da vizinhança procuraram o novo "organizador comunitário". Ouviram dizer que ele dava um jeito nas coisas, e elas, com certeza, viam muitas coisas erradas no bairro — escolas precárias, pontos de drogas, ruas imundas, atendimento deficiente na saúde e muito mais. Sentadas no escritório simples e lotado, elas despejaram suas queixas enquanto o organizador as escutava.

"Com certeza, são problemas verdadeiros", concordou o organizador.

© Reed Saxon/AP Images

César Chavez aceitou o desafio de organizar trabalhadores rurais

Fred Ross foi um organizador comunitário treinado que trabalhou em alguns bairros mexicanos da Califórnia nos anos 1960 e viu as condições de vida desanimadoras e o trabalho árduo em troca de baixa remuneração. Lá conheceu César Chavez, um jovem com filhos. A princípio, Chavez mostrou-se irritado quando Ross convidou-o a se tornar um líder. Chavez mais tarde contou uma história sobre como havia convidado Ross a ir à sua casa e conhecer homens da localidade com o objetivo de intimidar e assustar Ross. "Mas ele começou a falar e, quanto mais ele falava, mais surpreso eu ficava. (...) Alguns caras que estavam bastante bêbados naquela ocasião ainda queriam dar uma lição ao "gringo", mas nos livramos deles. O que esse sujeito falava fazia muito sentido, e eu queria ouvir o que ele tinha a dizer."

Ross percebeu que Chavez tinha talento para liderar sua comunidade e voltou muitas outras vezes, desafiando-o a lutar por aquilo em que acreditava, até que Chavez também acreditou ser capaz de liderar. A seguir, Chavez tornou-se um herói da justiça social liderando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Unidos, responsável por conseguir contratos de trabalho justos com os produtores. Ele inspirou muitos movimentos sociais americanos contra a Guerra do Vietnã e pelos direitos de minorias e de mulheres.

"Bem, o que você vai fazer para resolvê-los?", exigiram as mulheres.

Elas ficaram estupefatas com a resposta: "Nada." E acrescentou: "Esses problemas não são meus; são de vocês." "Vamos conversar sobre o que vocês vão fazer a respeito deles."

Essa história verdadeira resume o que faz e o que não faz um organizador comunitário. O organizador comunitário não "dá um jeito nas coisas" — não presta serviços ou faz discursos impressionantes. O organizador comunitário ataca os problemas e as injustiças de comunidades de baixa e média renda ajudando as pessoas atingidas a agir em conjunto para que elas mesmas façam mudanças. Esse princípio básico é a regra de ferro para organizar-se: "Nunca faça por outras pessoas o que elas podem fazer por elas mesmas."

A organização comunitária é a prática deliberada de recrutamento e capacitação de liderança comunitária: unir pessoas para definir problemas, elaborar soluções e pressionar tomadores de decisão a melhorar a vida de um bairro, uma cidade ou um grupo socioeconômico.

Recrutamento de líderes

Os organizadores comunitários recrutam e capacitam lideranças comunitárias em vez de se tornarem eles mesmos porta-vozes ou de agirem sozinhos em relação a uma questão. Fazem isso porque acreditam ser um direito democrático das pessoas desempenharem um papel na decisão de questões que as afetam.

Os organizadores comunitários unem pessoas para definir problemas. Em vez de fornecer serviços sociais, seguem o processo de fazer as pessoas conversar entre si e agir coletivamente a respeito das questões, de ganhar confiança pessoal e habilidades cívicas no processo.

Eles iniciam uma campanha de organização conversando com as pessoas individualmente ou em reuniões domiciliares para descobrir quem tem talento para liderança e para identificar problemas cruciais. Com o apoio do organizador comunitário, os participantes identificam valores e interesses comuns e a seguir trabalham publicamente e em conjunto em campanhas a favor de mudanças cívicas.

Como esses novos líderes comunitários trabalham juntos, desenvolvem relacionamentos mais sólidos com as pessoas em suas próprias instituições, como igrejas, escolas e bairros. À medida que descobrem que compartilham

© Jim West/The Image Works

Manifestação pela unidade racial realizada por um grupo de organização comunitária religiosa, em Warren, Michigan

preocupações com participantes de outras instituições ou outros bairros, desenvolvem relações vencendo abismos de religião, classe e raça. O processo de organização pode gerar poder transformador para provocar mudanças positivas em indivíduos, comunidades e na sociedade em geral.

Dinheiro ou pessoas

De acordo com o segundo princípio do ato de organizar-se, "a força vem do dinheiro organizado ou de pessoas organizadas". Como as comunidades carentes não têm dinheiro, os organizadores têm de contar com as pessoas.

Quando Ernesto Cortes retornou à sua cidade natal de San Antonio, no Texas, nos anos 1970, revoltou-se contra o fato de o bairro mais pobre da cidade com falantes de língua espanhola não ter os serviços prestados a outros bairros. De fato, as ruas ficavam tão inundadas quando chovia que até uma criança havia morrido afogada! Como organizador treinado pela Fundação de Áreas Industriais (IAF) da rede de organização nacional, Cortes foi a igrejas católicas locais e desafiou os paroquianos a pressionar a prefeitura a fazer consertos de infraestrutura em grande escala nas ruas e nos esgotos e a melhorar a segurança pública.

Depois de obter sucesso em San Antonio, Cortes trabalhou em comunidades carentes em todo o Texas, desde a urbana Houston até as colônias ou assentamentos rurais da fronteira do México, criando um modelo de organização novo e em maior escala, unindo várias instituições e capaz de influir em questões em âmbito estadual. Eles levantaram US$ 8 milhões para o programa estadual de financiamento suplementar para 1997-98 destinado a Escolas da Aliança da IAF; criaram um fundo de US$ 12 milhões para capacitação de longo prazo para beneficiários da Assistência Temporária para Famílias Carentes (Tanf); e elaboraram um pacote de títulos de US$ 250 milhões em títulos estaduais para levar água e serviços de esgotos às colônias ao longo da fronteira Texas-México.

Desde então, Cortes tem direcionado seus talentos para Los Angeles e, em 2004, mais de 12 mil pessoas compareceram à reunião inaugural da ONE-LA, afiliada da organização IAF, que marcou o início de campanhas destinadas a limpar o lixo tóxico próximo a escolas, melhorar a iluminação de rua e aprovar um fundo de letras hipotecárias no valor de US$ 1 bilhão.

Os organizadores trabalham com as lideranças dos grupos para elaborar campanhas públicas eficazes e transformar problemas em questões possíveis de serem resolvidas. A Associação de Organizações Comunitárias para Reforma Agora (Acorn) tem uma rede nacional de mais de 400 mil famílias participantes em mais de 100 cidades, ativas em muitas questões.

Por exemplo, quando o furacão Katrina deixou Nova Orleans inundada por dias, organizadores locais da Acorn, muitos dos quais haviam perdido suas próprias casas, correram por entre os abrigos de emergência, usaram celulares para encontrar membros espalhados da Acorn e dirigiram-se às autoridades municipais e nacionais exigindo que o governo fosse justo com as pessoas pobres na reconstrução da cidade. Embora não tenham sido atendidos em todas as demandas, foram bem-sucedidos na obtenção de fundos destinados à reconstrução dos bairros destruídos e ajudaram milhares de moradores a voltar a seus lares.

A organização é toda realizada em âmbito local, mas isso não significa que continue pequena. Na cidade de

San José, na Califórnia, organizadores da comunidade junto à Rede Nacional Pico de organizações comunitárias religiosas ficaram sabendo que muitas famílias estavam sem assistência médica por causa de gastos governamentais inadequados do condado com clínicas de saúde públicas. Por meio das igrejas locais, organizaram-se com o objetivo de pressionar autoridades do condado a mudar as políticas e, em seguida, difundiram a campanha para outros grupos afiliados à Pico em toda a Califórnia. Durante muitos anos, a Pico da Califórnia mobilizou uma coalizão que conseguiu US$ 13,4 bilhões em recursos extras para a educação e a saúde.

Os grupos de organização comunitária enfrentam quase todas as injustiças sociais que afetam a qualidade de vida de pessoas de baixa e média renda: assistência médica a crianças, salários, reforma da imigração, casas a preços acessíveis, escolas de melhor qualidade, bairros seguros, capacitação para o trabalho e muito mais.

Em dezembro de 2008, mais de 2.500 organizadores e líderes comunitários de todas as partes dos Estados Unidos reuniram-se em um fórum em Washington no qual ouviram Valerie Jarrett, assessora sênior do então presidente eleito Obama. Eles tinham sugestões para itens do plano de recuperação econômica do presidente recém-eleito: evitar execuções de hipotecas habitacionais e requerer concessões de bancos que recebem ajuda governamental; reformar o sistema de saúde americano deficitário, garantindo em especial que todas as crianças recebam cobertura; e incluir capacitação para postos de trabalho que paguem salários adequados para uma vida decente.

Com e sem remuneração

De onde vêm os organizadores comunitários? Eles podem ser moradores que reúnem seus vizinhos para entrar em ação, trabalhando sem remuneração, simplesmente por convicção. Com frequência, são líderes religiosos locais e estão engajados em organizações populares, em pequena escala, em quase toda comunidade americana.

Mas organização comunitária nos Estados Unidos também pode ser uma profissão remunerada em escala maior. Esse tipo de organização comunitária é proveniente do trabalho do falecido Saul Alinsky, que aperfeiçoou sua técnica baseado na organização do sindicato radical, nos bairros de frigoríficos de Chicago dos anos 1930. Alinsky reuniu diversos grupos étnicos para lutar por prestação de serviços municipais equitativa, inclusive proteção policial contra crimes, e empréstimos bancários justos.

Centenas de homens e mulheres de todas as idades e raças agora ganham a vida como organizadores comunitários. A remuneração vem das contribuições pagas por membros das organizações para as quais trabalham, bem como de doações de igrejas e fundações privadas. Muitos organizadores são escolhidos entre o contingente de filiados, enquanto outros frequentam treinamento realizado pelas redes de organização nacionais, em campi universitários, ou pelo movimento trabalhista.

Os organizadores comunitários nos Estados Unidos atualmente podem trabalhar em uma única questão ou unir um grupo, como pessoas com deficiência. Porém, mais comumente, o movimento de organização comunitária de modo intencional lida com diversas questões, vários grupos, diferentes religiões e envolve muitas classes.

O presidente Obama adquiriu experiência em organização de instituições, que forma federações de grupos-membro como igrejas, escolas e até mesmo ligas de futebol. Trabalhou na parte sul de Chicago no início dos anos 1980 antes de frequentar a Faculdade de Direito, em associação com a rede de organização nacional da Fundação Gamaliel, que fornece capacitação e supervisão para organizações em 20 estados. Depois de se formar na Faculdade de Direito, o presidente retornou a Illinois e continuou sua ligação com a organização. É sabido que ele cortejou, com sucesso, sua futura esposa, Michelle, levando-a uma sessão de capacitação em organização no porão de uma igreja.

Durante a campanha presidencial de 2008, Obama recorreu a alguns de seus mentores da organização comunitária para criar a eficaz Campanha pela Mudança, incorporando ferramentas da organização comunitária, como o desenvolvimento de relacionamentos individuais, reuniões domiciliares e equipes de bairros.

Na última década, a organização comunitária tem visto extraordinária expansão no número de áreas geográficas e de grupos envolvidos, nos tipos de táticas usadas e na eficácia de melhoria das políticas e dos serviços públicos. Atualmente a organização comunitária opera em grande escala, nível raramente alcançado pelos movimentos sociais americanos, com milhares de instituições e milhões de cidadãos envolvidos. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

A Campanha Eletrônica: Arregimentação de Voluntários e Eleitores

David Talbot

© Karen Bleier/AFP/Getty Images

A campanha presidencial de Obama fez amplo uso da internet para se conectar com possíveis simpatizantes

A vitória de Barack Obama na eleição de 2008 mostrou que as ferramentas da internet para doação de dinheiro e canalização eficiente dos esforços de grande número de voluntários podem ser extraordinariamente poderosas.

David Talbot é o correspondente-chefe da revista Technology Review.

A eleição presidencial de 2008 nos EUA mostrou o grande poder das redes de relacionamento on-line de produzir mudanças.

Em 2007 e 2008, a campanha política de Barack Obama fez amplo uso da web, criando interfaces simples para os partidários se organizarem, doarem dinheiro, despertarem a consciência sobre assuntos específicos como a reforma da saúde e entrarem em contato com os eleitores. Isso foi feito em tal escala que não somente ultrapassou as realizações em eleições anteriores, mas também as operações na internet dos oponentes de Obama — o senador John McCain nas eleições gerais e, antes, a senadora Hillary Rodham Clinton nas eleições primárias do Partido Democrata.

A estratégia da campanha on-line de Obama representou uma evolução natural de suas raízes como organizador comunitário em Chicago. E se beneficiou do novo grande interesse em redes de relacionamento on-line em geral.

Nos últimos anos, centenas de milhões de pessoas em todo o mundo reuniram-se em sites de redes de relacionamento da internet como MySpace, Facebook, hi5 e Orkut, por considerar que propiciam meios poderosos e simples de conectar amigos, organizar grupos, compartilhar hobbies e unir-se na defesa de causas. A

© Susan Walsh/AP Images

Reunidas por ferramentas on-line, as partidárias de Obama Kulia Petzoldt (à esquerda) e Donna Kain participam de uma reunião de campanha em creche

campanha de Obama marcou sua presença em alguns desses sites, principalmente o Facebook, com uma rede enorme de seus partidários.

Mas, o mais importante é que a campanha criou seu próprio site de relacionamento social, chamado my.barackobama.com ou simplesmente MyBO. Ele foi feito sob medida por uma empresa particular chamada Blue State Digital, de Washington, DC. Os resultados foram impressionantes. A campanha de Obama arrecadou US$ 500 milhões em doações on-line de mais de 3 milhões de pessoas. E graças ao MyBO — além de outras estratégias, inclusive pedindo às pessoas em comícios para enviar mensagens de texto com seus endereços de e-mail para a campanha — Obama desenvolveu um enorme exército de voluntários on-line. Quando a campanha terminou, ele tinha uma lista de 13 milhões de partidários e seus endereços de e-mail, uma realização espetacular.

Abundância de opções

A marca registrada do MyBO foi a simplicidade e o foco constante em estimular os visitantes a realizar algum tipo de ação para ajudar na campanha. Ao visitar o MyBO, encontrava-se grande variedade de opções. O eleitor podia clicar em um botão para obter um formulário para doação de dinheiro. Ou podia clicar em outro botão para organizar uma festa para Obama em sua casa e baixar literatura de campanha para distribuir a seus amigos e vizinhos na festa.

Se não quisesse patrocinar esse tipo de evento, o eleitor podia descobrir um outro perto de sua casa mediante pesquisa no aplicativo Google Maps mostrando ícones de festas disponíveis. Ao clicar no ícone, obtinha o endereço e informações para contato. Ou podia criar sua própria iniciativa de captação de recursos e envolver seus amigos e conhecidos para alcançar uma meta definida por ele.

No MyBO, iniciativas de captação de recursos organizadas diretamente pelos partidários arrecadaram US$ 30 milhões de 70 mil pessoas. É digno de nota que essa forma de captação de recursos não exigiu praticamente nenhum esforço da equipe de campanha de Obama, deixando-as livres para realizar outras tarefas.

Uma vez informado o endereço de e-mail, o eleitor recebia mensagens da campanha — às vezes assinadas pela esposa de Obama, Michelle, ou até do ex-vice-presidente AL Gore, que perdeu a eleição presidencial de 2000 para George W. Bush, mas veio a ganhar um Prêmio Nobel da Paz por seu trabalho sobre aquecimento global. Essas mensagens podiam conter pedidos para as pessoas realizarem funções úteis para a campanha naquele momento, talvez telefonando para eleitores indecisos em estados americanos importantes como Ohio e Pensilvânia, onde as eleições estavam indefinidas.

A campanha também arregimentou pessoas pela geografia, por exemplo, fornecendo aos membros do MyBO listas de pessoas que moravam perto e não estavam registradas para votar e instruções para entrar em contato e registrá-las. E também pedia a veteranos do serviço militar, simpatizantes de Obama, para se apresentarem como voluntários para fazer chamadas telefônicas. Para esses voluntários foram criadas listas telefônicas especiais, disponíveis na internet, de outros veteranos a serem contatados em estados com disputas eleitorais acirradas. Cativar veteranos tornou-se especialmente importante, pois Obama, que não serviu nas Forças Armadas, enfrentava John McCain, um veterano condecorado da Guerra do Vietnã e ex-prisioneiro de guerra.

Bancos de dados multifuncionais

O acesso a grandes bancos de dados de eleitores americanos tornou essas ferramentas da internet ainda

© David Lienemann/AP Images

Em entrevista ao vivo com o público em Iowa durante a campanha, Obama também recebe perguntas de participantes on-line

mais poderosas. Tanto o Partido Democrata quanto o Republicano há muito gastam quantias consideráveis para criar listas precisas de nomes de todos os eleitores dos Estados Unidos, junto com qualquer dado coletado sobre o eleitor (principalmente durante entrevistas por telefone realizadas por vários voluntários de campanha ao longo dos anos). Essas informações incluem qual partido político a pessoa prefere, se é partidário fervoroso ou apenas simpatizante e quais assuntos lhe interessam particularmente.

Cada partido mantém seus próprios bancos de dados, e os republicanos são, por tradição, mais disciplinados e organizados na sua manutenção em âmbito nacional. Mas, entre 2006 e 2008, o banco de dados dos democratas foi aperfeiçoado por uma empresa chamada Voter Activation Network (VAN) de Somerville, Massachusetts. A VAN, contratada pelo Comitê Nacional Democrata, reuniu um banco de dados dos 50 estados americanos e criou maneiras simples para os partidários acessarem os dados de formas limitadas e controladas por meio da internet. O MyBO e os sites de outros candidatos democratas em outras disputas fizeram links de grande eficiência com esse banco de dados recém-aperfeiçoado.

Em consequência, tão logo Barack Obama se tornou o candidato indicado do Partido Democrata, qualquer voluntário comum — tanto aqueles com acesso pelo MyBO, quanto por meio de sites de outros candidatos democratas ou do próprio site do Comitê Nacional Democrata — podia clicar em um botão para fazer o download de pequenos lotes de nomes e números de telefone de eleitores relacionados no banco de dados da VAN. Juntamente com essa lista vinha um roteiro de consulta aos eleitores sobre suas opiniões e um formulário on-line para registrar as respostas.

Milhões desses telefonemas foram feitos por partidários comuns durante a campanha das primárias. Além disso, as ferramentas do MyBO permitiam que os voluntários baixassem formulários de registro de eleitores — personalizados para cada estado americano, conforme o caso — para pessoas incluídas no banco de dados e não registradas, mas prováveis simpatizantes de Obama, com base em informações demográficas.

A utilização tão eficiente e em tal proporção dos bancos

de dados pela campanha de Obama durante o processo dinâmico das primárias presidenciais ajudou-o a obter a indicação do Partido Democrata. Esses contatos com eleitores — possibilitados pelas ferramentas da internet — foram também realizados em grande escala na eleição geral de novembro, quando Barack Obama enfrentou John McCain. Mas a estratégia mudou conforme a necessidade. Por exemplo, somente nos quatro dias finais da campanha, os voluntários do MyBO telefonaram para 3 milhões de eleitores, principalmente para garantir que as pessoas já registradas para votar simpatizantes de Obama realmente saíssem de casa e votassem.

Jascha Franklin-Hodge, co-fundador e diretor de Tecnologia da Blue State Digital, diz que a magnitude de todas essas operações ultrapassou tudo o que foi feito em qualquer campanha anterior. A campanha eletrônica de Obama incluiu não somente o site MyBO, mas também a forte alavancagem de outras novas ferramentas de mídia, desde o envio de mensagens de texto até vídeos no YouTube. As pessoas gastaram 14 milhões de horas assistindo a vídeos relacionados com a campanha de Obama no YouTube, totalizando 50 milhões de visualizações. E Obama tinha mais de 3,4 milhões de partidários no Facebook, seis vezes o número de McCain.

Estratégia continuada

Como o presidente Barack Obama usará todos esses recursos agora que tomou posse? Graças a todas as ligações feitas aos eleitores pelos voluntários da internet, o Partido Democrata hoje detém dez vezes mais dados sobre os eleitores americanos do que há quatro anos. Essas informações podem, por sua vez, ser usadas não somente em futuras eleições para melhorar a organização dos partidários em torno de assuntos específicos para produzir mudanças, mas também para, potencialmente, ajudar a envolver americanos comuns na luta por novas políticas governamentais.

Contudo, não está claro até que ponto o Partido Democrata e as organizações de campanha de Obama fora da Casa Branca vão incrementar o banco de dados de eleitores ou a lista de Obama com e-mails de 13 milhões de pessoas para ajudar a cumprir sua agenda. No dia seguinte à vitória de Obama nas eleições, sua equipe de transição lançou um novo site: *http//www.change.gov*. Nesse site, sua equipe de transição fez consultas públicas sobre políticas públicas e transmitiu vídeos de seus indicados para cargos do secretariado, com respostas aos comentários no YouTube. A equipe de transição também publicou os nomes e declarações de posicionamento dos grupos que estavam fazendo *lobby* e lançou um recurso chamado "Open for Questions" (Aberto a Perguntas) pelo qual os visitantes podiam escrever e votar em assuntos do governo Obama: em um semana de dezembro, cerca de 20 mil pessoas enviaram 10 mil perguntas e um milhão de votos sobre elas.

Mas, no dia da posse (20 de janeiro), o governo fechou o site *www.change.gov* e lançou uma nova versão do site presidencial, o *www.whitehouse.gov*. Até o fim de janeiro, esse novo site tinha poucos recursos interativos, mas começou a postar os textos dos atos do Executivo e incluiu a promessa de que qualquer legislação não emergencial seria publicada no site durante cinco dias, juntamente com um recurso para o público colocar comentários, antes que o presidente Obama a transformasse em lei. Embora ainda não se saiba quais recursos adicionais o governo poderá acrescentar, a campanha de Obama prometeu usar a internet para disponibilizar arquivos de busca fácil sobre gastos e outras atividades do governo e para transmitir mais encontros públicos pela web. E Obama já instituiu o pronunciamento por vídeo no YouTube, além do tradicional programa semanal de rádio utilizado há décadas pela Casa Branca.

É improvável que qualquer campanha política futura — ou outra campanha ampla de mudança social ou de outras causas — venha a ignorar as lições de 2008. Prevê-se que os republicanos responderão energicamente nas eleições parlamentares de 2010 e nas eleições parlamentares e presidenciais de 2012.

A vitória de Barack Obama mostrou que a organização pela internet pode agrupar pessoas comuns em uma força que rivaliza com as instituições tradicionais e os centros de poder. De fato, essa lição está sendo observada no mundo todo. A Blue State Digital abriu um escritório em Londres para ampliar suas operações, e a VAN tem respondido a muitas chamadas do exterior. Ações semelhantes são esperadas por parte de sites e fornecedores de banco de dados com tendências republicanas.

É evidente que a política jamais será a mesma. Em 1992, um chefe de campanha costumava lembrar o candidato presidencial Bill Clinton sobre o tema mais importante da campanha: "É a economia, idiota." Agora, para citar Joe Trippi, um antigo consultor das campanhas dos democratas: "É a rede, idiota." ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Direcionando o Poder do Protesto

Clay Shirky

© Ric Francis/AP Images

Com o uso de ferramentas de comunicação, estudantes de Los Angeles organizaram uma manifestação-surpresa com 30 mil pessoas

Ferramentas de comunicação novas e simples estão removendo obstáculos para as ações coletivas de pessoas comuns e assim mudando o mundo.

Clay Shirky faz consultoria e escreve sobre os efeitos sociais e econômicos das tecnologias da internet e leciona na Universidade de Nova York. Seu livro mais recente é Here Comes Everybody: The Power of Organizing Without Organizations [Aí Vem Todo Mundo: O Poder de se Organizar sem Organizações].

Em 27 de março de 2006, uma segunda-feira, alunos do ensino médio de Los Angeles, Califórnia, surpreenderam professores e diretores realizando uma marcha de protesto contra o HR4437, projeto de lei a ser votado pelo Congresso americano que propunha sanções severas contra imigrantes ilegais. No entanto, essa não foi uma passeata comum, pois dezenas de milhares de estudantes participaram, vindos de escolas da cidade inteira. Os alunos participantes da marcha, em grande parte hispânicos, haviam se inspirado a agir devido a um protesto realizado apenas dois dias antes por adultos de sua comunidade. Tantos alunos deixaram suas escolas em direção à Prefeitura que o trânsito ficou parado enquanto caminhavam, gerando uma demonstração pública e bastante visível da causa.

O protesto tinha vários aspectos notáveis, começando pelo tamanho: dezenas de milhares de pessoas, todas realizando uma ação política coordenada. A coordenação de um evento assim em diversos locais geográficos ao mesmo tempo é difícil. Fazê-lo com alunos do ensino médio, quando a maior parte deles ainda é muito jovem para votar, é mais difícil. E envolver imigrantes, que podem nunca conseguir votar, é ainda mais difícil. Conseguir realizar essa ação sem o conhecimento da direção da escola é simplesmente espantoso — manter um segredo entre 30 mil pessoas não pode ser considerado trivial. E fazer tudo isso em 48 horas deveria ter sido impossível, na verdade, teria sido impossível um ano antes.

O que fez com que o protesto enorme, rápido e secreto acontecesse foi a adoção de novas ferramentas de comunicação, em especial o MySpace (site interativo de relacionamentos) e torpedos SMS (mensagens de texto enviadas por telefone). Armados com essas ferramentas, os estudantes conseguiram se organizar uns com os outros, não apenas em pares, mas em grupos. Quase tão fundamental foi o fato de as mensagens trocadas serem enviadas às pessoas que importavam — os outros alunos — sem chegar à direção da escola.

Possibilitar o protesto estudantil, no entanto, não era o mesmo que fazê-lo acontecer. O que fez com que acontecesse foi um verdadeiro sentimento político: os estudantes tinham uma mensagem a expressar, juntos e em público. O MySpace e os torpedos ampliaram e expandiram essa mensagem ao dar aos "mensageiros" uma capacidade que não tinham antes, mas a mensagem em si, uma demanda por inclusão política na criação da política de imigração, independia dessas ferramentas.

Apesar de uma utopia inicial sobre as novas ferramentas de comunicação ter sugerido que estávamos andando em direção a algum tipo de paraíso pós-hierárquico, não é isso que está acontecendo agora e não é o que irá acontecer. Nenhuma das vantagens absolutas da mídia profissional e em larga escala desapareceu. Ao contrário, aconteceu que a maior parte das vantagens relativas dessas instituições desapareceu — quer dizer, relativas quanto à mídia controlada diretamente pelos cidadãos.

A história aqui é a nova habilidade de grupos não coordenados alcançarem os tipos de objetivos que esses grupos sempre tiveram em comum. Os seres humanos são criaturas sociais, não ocasionalmente ou por acidente, mas sempre, e a sociedade não é apenas o produto de seus membros individuais; é também o produto dos grupos que a constituem. Quando se aprimora a capacidade de comunicação de um grupo com outro, as coisas que eles podem alcançar juntos mudam.

FALAR É PUBLICAR

Você pode ver essas mudanças na mudança do relacionamento entre os cidadãos e a mídia: o velho ditado que diz que a liberdade de imprensa existe apenas para quem é dono dela aponta para a importância da internet e dos telefones celulares. No reino digital, falar é o mesmo que publicar, e publicar on-line é abrir as possibilidades de conexão com outros. Com a chegada de um meio no qual a comunicação interpessoal, a difusão pública e a coordenação social se misturam, liberdade de expressão, liberdade de imprensa e liberdade de associação agora também fazem o mesmo.

Com essa mistura de elementos conversacionais, de difusão e sociais em um só meio, entramos em um mundo onde qualquer parte da mídia digital é uma comunidade latente: as pessoas interessadas em qualquer tipo de escrita, foto ou vídeo podem ter interesse em conversar entre si também. Conseguir sincronizar grupos através das mídias sociais é acrescentar uma nova característica às mídias tradicionais; está se tornando não apenas uma fonte de informação, mas um local de coordenação. No caso da marcha de Los Angeles, o MySpace forneceu aos alunos um espaço para publicarem informações sobre o HR4437 (uma função de difusão), para conversarem uns com os outros diretamente sobre o projeto de lei (uma função comunicativa) e para proporem um curso de ação em comum (uma função de coordenação), tudo na mesma arena.

Em termos militares, as mídias digitais podem criar uma "consciência compartilhada", a percepção em um grupo de que não apenas todos entendem o que está acontecendo, mas também que o entendimento é similar entre todos e, o principal, que cada membro entende isso também. A consciência compartilhada é um precursor útil à ação coordenada, e a capacidade de criar uma consciência compartilhada melhora com as mídias em tempo real e com as mídias móveis.

Um aplicativo recente que aumenta a consciência compartilhada usando ao mesmo tempo mensagens rápidas e móveis é o Twitter, serviço que difunde mensagens curtas a partir de um telefone ou computador pessoal para todos os seus amigos que tenham assinado sua "alimentação" (*feed*) do Twitter. Apesar do Twitter poder ser usado para qualquer tipo de mensagem curta, sua proposta é usá-lo para responder a pergunta "O que você está fazendo agora?"

Como resultado, grande parte do conteúdo no Twitter é fútil. Em uma tarde de uma quinta-feira qualquer, essa é uma amostra aleatória do que se pode encontrar no Twitter:

> PaulDizmang: Mudando utensílios de um imóvel alugado para outro.
>
> radiopalmwine: King Sunny Adé - Dance, Dance, Dance
>
> Lisanae: estou tendo um péssimo dia.
>
> Patorama: É aparentemente impossível comprar um pincel preto da Faber-Castell on-line. Mas posso comprar um pacote com 10. Acho que terei alguns extras.

Muitas das postagens públicas têm esse tipo de qualidade — dançando ao som de King Sunny Adé,

© Image Source/Corbis

A melhoria das capacidades de comunicação pode levar a mais conquistas

transportando utensílios, dias ruins de um modo geral — em que o conteúdo disponível ao público dificilmente interessa à maioria dos usuários. Mas só porque grande parte do conteúdo é banal, não significa que todo ele o seja, como nesse *feed* do Twitter enviado do Cairo, em 2007 (com a hora das mensagens entre parênteses):

> Alaa: Indo para promotor de doky juiz murad acusou manal e a mim de difamação (10h11, 4 de abril)
>
> Alaa: Esperando decisão dos promotores podemos até passar a noite sob custódia (13h57, 4 de abril)
>
> Alaa: Estamos indo para a delegacia de polícia de dokky (15h31, 4 de abril)
>
> Alaa: Na delegacia de polícia nenhum oficial superior presente então estamos no limbo (16h29, 4 de abril)
>
> Alaa: Não seremos soltos pelos seguranças de giza teremos que voltar para delegacia de dokki (19h59, 4 de abril)
>
> Alaa: Voltando para a delegacia (22h25, 4 de abril)
>
> Alaa: Estamos livres (23h22, 4 de abril)

Alaa, ou Alaa Abd El Fattah, é um programador egípcio, ativista pró-democracia e blogueiro que vive no Cairo. Aqui, ele documenta sua prisão com sua esposa, Manal, em El Dokky, bairro do Cairo, em episódio que terminou 12 horas depois com a libertação do casal. A prisão foi ordenada por Abdel Fatah Murad, juiz egípcio que tentava bloquear dezenas de sites no Egito afirmando que os sites "insultam o Alcorão, Deus, o presidente e o país". Quando os blogueiros egípcios pró-democracia iniciaram a cobertura da censura proposta, Murad acrescentou seus sites à lista que ele estava tentando proibir.

VIRANDO O JOGO

O que um serviço como o Twitter, com uma face pública tão banal, oferece a El Fattah e outros ativistas egípcios? El Fattah descreve: "Nós o usamos para manter uma rede restrita de ativistas informada sobre ações de segurança em protestos. Os ativistas então usam o Twitter para coordenar uma reação." Como os ativistas pró-democracia são observados tão cuidadosamente, o Twitter permite uma combinação de coordenação de grupo e em tempo real que os ajuda a virar o jogo a seu favor.

Em um dos usos recentes do Twitter, El Fattah e cerca de uma dúzia de seus colegas coordenaram movimentos para cercar um carro no qual seu amigo Malek estava sendo detido pela polícia, para evitar que o carro fosse rebocado e ele levado. Sabendo que estavam sendo monitorados, eles enviaram mensagens sugerindo que havia muitos outros deles a caminho. A polícia mandou reforços, cercando e imobilizando o carro. Isso manteve Malek no lugar até que a imprensa e membros do Parlamento chegassem. A ameaça de publicidade negativa levou à libertação de Malek, resultado difícil de coordenar sem o Twitter.

O poder de coordenar grupos dispersos continuará a crescer: novas ferramentas sociais ainda estão sendo inventadas. Por mais inferior que pareça ser, qualquer ferramenta que faça crescer a consciência compartilhada ou a coordenação de grupos pode ser usada a serviço de meios políticos, pois a liberdade de agir em grupos é inerentemente política. Da China à Nigéria, o que o uso social e em tempo real cada vez maior de mensagens de texto nos mostra é que adotamos essas ferramentas que amplificam nossas capacidades e modificamos nossas ferramentas para melhorar essa amplificação.

As ferramentas sociais não estão criando ações coletivas; elas estão meramente removendo obstáculos para isso. Esses obstáculos têm sido tão significativos e difundidos que, conforme são removidos, o mundo está se tornando um lugar diferente. É por isso que muitas das mudanças significativas não são baseadas nas novidades tecnológicas mais extravagantes, mas nas ferramentas simples e fáceis de usar como e-mail, telefones celulares e sites. A maior parte das pessoas tem acesso a essas ferramentas e, mais importante, se sente confortável para usá-las diariamente. A revolução não acontece quando a sociedade adota novas tecnologias; ela acontece quando a sociedade adota novos comportamentos. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

A Guerra Nunca Vai Terminar?

John Horgan

© Imaginechina via AP Images

Antropólogos encontraram correlações entre a guerra e tensões ambientais, como a seca

A guerra não faz parte da condição natural do homem. A civilização promove modos menos violentos de efetuar mudanças.

John Horgan é jornalista científico e diretor do Centro de Escritos Científicos do Instituto de Tecnologia Stevens, em Hoboken, Nova York.Entre seus livros estão O Fim da Ciência, A Mente Desconhecida e Rational Mysticism [Misticismo Racional].

De todas as formas de violência humana, a guerra — violência organizada e letal entre dois ou mais grupos — é a mais profundamente destrutiva. Em toda a história da humanidade visionários tão diferentes como Immanuel Kant e Martin Luther King Jr. profetizaram o fim da guerra ou de sua ameaça como um meio de resolver disputas entre nações.

No entanto, de acordo com as pesquisas que realizei nos últimos anos, a maioria das pessoas atualmente aceita a guerra e o militarismo como inevitáveis. Quando perguntados se "os homens deixarão de travar guerras?", mais de 90% dos alunos da minha universidade responderam "não". Instados a justificar essa opinião, muitos alunos responderam que a guerra está "em nossos genes".

Pesquisa recente sobre a guerra e a agressão parece, à primeira vista, apoiar essa conclusão fatalista. O antropólogo Lawrence Keeley da Universidade de Illinois estima que mais de 90% das sociedades tribais pré-Estado se envolviam no mínimo em guerras eventuais e que muitas guerreavam constantemente. O combate tribal envolvia geralmente escaramuças e emboscadas, em vez de batalhas intensas, mas com o passar do tempo a luta podia produzir taxas de mortalidade de até 50%. Essas descobertas, argumenta Keeley, destroem a alegação do filósofo francês do século 18 Jean Jacques Rousseau de que, antes da civilização, os homens eram "nobres selvagens" que viviam em harmonia entre eles e com a natureza.

Pat Roque/AP Images

Instituições legais, como este tribunal móvel nas Filipinas, reduziram o risco de violência

Alguns cientistas investigam a prática da guerra até o ancestral comum que compartilhamos com os chimpanzés, nossos parentes genéticos mais próximos. A partir de meados dos anos 1970, pesquisadores da África observaram que os chimpanzés machos do mesmo grupo formavam bandos para patrulhar o território; se encontravam um chimpanzé de grupo diferente, os patrulheiros o surravam, muitas vezes até a morte.

As taxas de mortalidade derivadas da violência intergrupal entre chimpanzés, relata o antropólogo Richard Wrangham da Universidade de Harvard, podem ser comparadas grosseiramente às taxas observadas entre os caçadores-coletores humanos. "A violência como a dos chimpanzés precedeu a guerra humana e preparou o caminho para ela", afirma Wrangham, "fazendo dos homens modernos os sobreviventes estupefatos de um hábito contínuo de agressão letal de 5 milhões de anos."

Wrangham argumenta que a seleção natural beneficiou os primatas machos, inclusive os humanos, predispostos à agressão violenta. Como prova, ele cita estudos sobre os ianomâmi, tribo polígama que habita a floresta tropical amazônica. Os homens ianomâmi de aldeias diferentes se engajam com frequência em incursões e contraincursões letais. O antropólogo da Universidade da Califórnia Napoleon Chagnon, que observou os ianomâmi durante décadas, descobriu que os machos matadores tinham, em média, o dobro de mulheres e o triplo de filhos dos machos que jamais matavam.

Mas Chagnon rejeita com veemência a noção de que os guerreiros ianomâmi são compelidos a lutar por seus instintos agressivos. Os matadores realmente compulsivos, explica Chagnon, morrem rapidamente, em vez de viver o suficiente para ter muitas mulheres e filhos.

Os guerreiros ianomâmi bem-sucedidos, diz Chagnon, são geralmente bastante controlados e calculistas; eles

lutam porque é assim que um macho progride na sociedade deles. Além disso, muitos homens ianomâmi confessaram a Chagnon que detestavam a guerra e desejavam que ela pudesse ser abolida de sua cultura — e, na verdade, as taxas de violência caíram drasticamente nas últimas décadas, à medida que as aldeias ianomâmi passaram a aceitar as leis e os costumes do mundo exterior.

Natureza não humana

Na verdade, o padrão de guerra ora sim, ora não leva muitos pesquisadores a rejeitar a noção de que a guerra é uma conseqüência inevitável da natureza humana. "Se a guerra fosse profundamente arraigada em nossa biologia, então existiria o tempo todo", argumenta o antropólogo Jonathan Haas do Museu de Campo de Chicago. "Só que simplesmente não é assim." A guerra, acrescenta Haas, com certeza não é inata no mesmo sentido que a linguagem, que foi exibida por todas as sociedades humanas conhecidas em todos os tempos.

Os antropólogos Carol e Melvin Ember também afirmam que as teorias biológicas não podem explicar os padrões da guerra das sociedades pré ou pós-Estado. Os Ember supervisionam os Arquivos da Área de Relações Humanas da Universidade de Yale, banco de dados de informações sobre cerca de 360 culturas passadas e presentes. Embora mais de 90% dessas sociedades tenham entrado em guerra no mínimo uma vez, algumas sociedades lutam constantemente e outras, raramente. Os Ember encontraram correlações entre taxas de guerra e fatores ambientais, especialmente secas, inundações e outros desastres naturais que provocam temores de escassez.

A causa básica da guerra, na opinião do arqueólogo de Harvard Steven LeBlanc, é a luta malthusiana por alimentos e outros recursos. "Desde o início dos tempos", diz ele, "os homens não têm sido capazes de viver em equilíbrio ecológico. Não importa em que lugar da Terra vivamos, no fim excedemos o meio ambiente. Isso sempre levou à competição como meio de sobrevivência, e a guerra tem sido a consequência inevitável de nossas propensões ecológico-demográficas." Duas chaves para evitar conflito no futuro, acredita ele, são controlar o crescimento populacional e encontrar alternativas baratas para os combustíveis fósseis.

Estudos de primatas não humanos também revelaram a importância dos fatores ambientais e culturais. Frans de Waal, professor de comportamento dos primatas da Universidade Emory, mostrou que os macacos resos, que em geral parecem extremamente agressivos, são muito menos beligerantes quando criados por macacos de rabo curto que têm modos moderados. De Waal também reduziu os conflitos entre macacos pequenos e grandes aumentando sua interdependência — forçando-os a cooperar para obter alimentos, por exemplo — e garantindo acesso igual à comida.

Ao aplicar essas lições aos homens, de Waal vê promessas em alianças, como a União Européia, que promovem comércio e viagens e, consequentemente, interdependência. "Fomentem-se os laços econômicos, e o motivo para a guerra, que normalmente é a luta por recursos, provavelmente se dissipará", diz ele.

Talvez a estatística mais auspiciosa e surpreendente a emergir das pesquisas modernas sobre a guerra seja a que mostra a humanidade como um todo menos belicosa hoje do que costumava ser. A Primeira e a Segunda Grande Guerra e todos os horríveis conflitos do século 20 resultaram na morte de menos de 3% da população global. Essa ordem de grandeza é menor que a taxa de morte violenta dos machos na sociedade primitiva média, cujas armas consistiam apenas em clavas e lanças, em vez de metralhadoras e bombas.

© Corbis

Acredita-se que a educação de meninas leve à estabilidade populacional e a menos distúrbios sociais

Se a guerra for definida como um conflito armado que conduz a mil mortes por ano, no mínimo, houve relativamente poucas guerras internacionais no meio século passado, e as guerras civis declinaram nitidamente desde seu pico no início dos anos 1990.

A maioria dos conflitos atuais consiste em guerrilhas, insurreições e terrorismo — ou o que o cientista político John Mueller da Universidade do Estado

de Ohio chama os "restos de guerra". Mueller rejeita as explicações biológicas para a tendência, uma vez que "os níveis de testosterona parecem estar tão altos como sempre estiveram". Notando que as democracias raramente, senão nunca, travam guerra umas contra as outras, Mueller atribui o declínio da guerra desde a Segunda Guerra Mundial, pelo menos em parte, ao grande aumento do número de democracias no mundo inteiro.

Mais civilização

O psicólogo Steven Pinker, da Universidade de Harvard, identifica diversos outros motivos possíveis para o declínio recente da guerra e de outras formas de violência. Primeiro, a criação de Estados estáveis com sistemas legais e forças policiais eficazes eliminou a anarquia hobbesiana de todos contra todos. Segundo, a expectativa de vida cada vez maior diminui nossa vontade de arriscar a vida ao participar da violência. Terceiro, como resultado da globalização e das comunicações, tornamo-nos cada vez mais interdependentes de outros fora de nossas tribos imediatas e temos maior empatia por eles. Embora a humanidade possa "facilmente reincidir em guerra", conclui Pinker, "as forças da modernidade estão deixando as coisas cada vez melhores".

Em resumo, muitas linhas de pesquisa contradizem o mito de que a guerra é uma constante da condição humana. Esses estudos sugerem também que — contrariamente ao mito do selvagem pacífico e nobre— a civilização não criou o problema da guerra; ela nos ajuda a resolvê-lo. Precisamos de mais civilização, não menos, se quisermos erradicar a guerra.

A civilização nos deu instituições legais que resolvem disputas ao estabelecer leis e acordos de negociação e fazer com que sejam cumpridos. Essas instituições, que variam de tribunais locais às Nações Unidas, reduziram consideravelmente o risco de violência dentro das nações e entre elas. Obviamente, nossas instituições estão longe da perfeição. As nações do mundo inteiro ainda conservam arsenais enormes, incluindo armas de destruição em massa, e conflitos armados ainda devastam muitas regiões. Assim, o que devemos fazer para promover a paz, além das propostas mencionadas acima?

O antropólogo Melvin Konner da Universidade Emory propõe a educação feminina como outro fator fundamental para a redução dos conflitos. Muitos estudos, observa ele, demonstraram que um aumento da educação das mulheres leva à diminuição das taxas de natalidade. O resultado é uma população estabilizada, que reduz a demanda por serviços governamentais e médicos e o esgotamento de recursos naturais e, com isso, a probabilidade de distúrbios sociais.

Uma taxa de natalidade menor também reduz o que alguns demógrafos chamam "os ramos cegos" — homens jovens solteiros e desempregados associados a taxas mais elevadas de conflitos violentos dentro das nações e entre elas. "A educação das meninas é, de longe, o melhor investimento que se pode fazer em um país em desenvolvimento", diz Konner.

Aceitando a paz

Obviamente, acabar com a guerra não será fácil. A guerra, parece justo dizê-lo, é superdeterminada; ou seja, pode surgir a partir de muitas causas diferentes. A paz, se for para ser permanente, também deve ser superdeterminada.

Os cientistas podem ajudar a promover a paz de dois modos: primeiro, rejeitando publicamente a noção de que a guerra é inevitável; e, segundo, realizando pesquisas mais intensivas sobre as causas da guerra e da paz. A meta a curto prazo dessas pesquisas seria encontrar maneiras de reduzir conflitos no mundo atual, onde quer que ocorram. A meta a longo prazo seria identificar maneiras pelas quais a humanidade consiga obter o desarmamento permanente: a eliminação dos exércitos, das armas e da indústria bélica.

O desarmamento global parece agora uma possibilidade remota. Podemos, porém, aceitar de fato exércitos e armamentos, inclusive armas de destruição em massa, como aspetos permanentes da civilização? Há muito pouco tempo — no fim dos anos 1980 —a guerra nuclear global ainda parecia uma possibilidade clara. Então, por incrível que pareça, a União Soviética se dissolveu e a Guerra Fria acabou pacificamente. O *apartheid* também terminou na África do Sul sem violência significativa, e os direitos humanos avançaram no mundo inteiro. Se a capacidade para a guerra está em nossos genes, como muitos parecem temer nos nossos dias, também o está a capacidade — e o desejo — para a paz. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

O Dilema do Prisioneiro e Outras Oportunidades

David P. Barash

A teoria dos jogos sugere que, embora a cooperação não seja nada fácil de ser alcançada, é possível demonstrar que muitas vezes ela é preferível ao conflito.

David P. Barash é professor de Psicologia da Universidade de Washington e coautor de Peace and Conflict Studies [Estudos sobre Paz e Conflito]*, entre outros livros.*

O problema parece bastante simples: por que as pessoas não cooperam? Ou, pelo menos, por que não cooperam mais do que o fazem atualmente? Afinal, se eu ajudasse você e em troca você me ajudasse, não iríamos ambos estar melhor? Da mesma forma, não seria um benefício para todos se todos seguissem o caminho da não violência? Em resumo, o que há de tão difícil na famosa questão colocada pelo motorista americano Rodney King após ter sido espancado pela polícia de Los Angeles: por que não podemos simplesmente conviver? Sem violência.

A resposta acaba sendo mais complexa do que poderíamos pensar. Por outro lado, uma série de técnicas de tomada de decisão, conhecida como teoria dos jogos, ajuda a esclarecer os dois problemas — incluindo o problema da violência contra a não violência — e apresenta algumas estratégias para resolvê-los.

A teoria dos jogos, em poucas palavras, é um modo de observar situações que envolvem, pelo menos, dois lados (ou "jogadores"), e seus "desenlaces" ou "resultados" são determinados não só por aquilo que determinado jogador faz, mas pela interação dos dois lados envolvidos. Sem esse componente interativo, esses "jogos" seriam muito difíceis: cada jogador faria simplesmente o necessário para obter o melhor resultado para si mesmo, sem considerar o outro jogador. Por exemplo, se estiver chovendo, a "jogada" correta pode ser levar um guarda-chuva, não importando o que o outro vai fazer. É improvável que as condições atmosféricas sejam influenciadas pelo comportamento de alguém; cada um, portanto, é livre para seguir suas inclinações, sem considerar o curso de ação do outro.

Por outro lado, imagine que duas pessoas descobrem, digamos, uma pequena pilha de dinheiro. É provável que seja melhor levar o outro em consideração: por exemplo, dividir o butim em vez de cada um tentar monopolizar o lucro e, possivelmente, brigar por isso como resultado. Quando o resultado é determinado não só por aquilo que o indivíduo A faz, mas também pelo que o B faz simultaneamente, é que entra em ação a teoria dos jogos.

Infelizmente, no entanto, essas decisões não costumam ser tão simples quanto uma mera divisão do lucro e, ainda pior, são com frequência motivo de não cooperação, especialmente quando a cooperação de um dos jogadores o torna vulnerável a ser explorado pelo outro. Essas situações são encontradas amiúde por indivíduos e grupos sociais que procuram prevenir conflitos e evitar violência.

Em resumo, há um risco constante de que, ao escolher a cooperação em vez da competição, os participantes não violentos percam para aqueles mais propensos à agressividade e à violência. Imagine, por exemplo, no caso de duas pessoas que descobrem uma pilha de dinheiro, que uma delas escolhe puxar uma arma e reclamar o dinheiro para si, enquanto a outra pratica a não violência. O resultado inevitável seria que o participante violento seria recompensado por seu comportamento (ele ficaria com o dinheiro), enquanto o não violento sairia de mãos vazias. Ou, como expressou Maquiavel de modo célebre: "Um homem que queira em todas as suas palavras fazer profissão de bondade, perder-se-á em meio a tantos que não são bons."

Soluções não violentas

Mas também há esperanças. A teoria dos jogos não apenas ajuda a entender o problema, mas também sugere e apoia soluções não violentas.

O Dilema do Prisioneiro deriva da teoria dos jogos e é um modelo para a evolução da cooperação em oposição à competição de maneira generalizada. Como a maioria dos modelos, é muito simples, porém ajuda a destrinchar a

forma de pensar.

Suponha que dois indivíduos — ou grupos ou até Estados — tenham, ambos, a escolha de ser não violentos ou violentos. (Os teóricos generalizam essas opções como "cooperar" contra "trair" ou "bom" contra "mau", incluindo assuntos internacionais como a corrida armamentista e a imposição de barreiras comerciais.) Se ambas as partes escolherem a não violência, recebem uma recompensa por essa atitude: resolver a disputa pacificamente ou, no caso de encontrar dinheiro, obter uma parte sem brigar. Se ambas escolherem a violência, recebem outro pagamento: a punição de uma possível perda. Mas se um trai e o outro coopera, o participante violento fica com o que se chama a tentação de trair (todo o dinheiro, no exemplo), e o que cooperou (e que se comportou de forma não violenta, enquanto o outro escolheu a violência) recebe a parte do trouxa: nenhum dinheiro, neste caso.

Para compreender o que acontece depois, imagine-se dentro da cabeça de cada um dos jogadores: "O outro pode cooperar comigo (ser não violento) ou me trair. Se ele escolher a primeira opção, então, meu melhor movimento será ameaçar violência porque assim eu posso obter o melhor resultado enquanto ele — um trouxa — ficará sem nada. Por outro lado, ele pode escolher me trair e ameaçar violência, nesse caso minha melhor jogada — uma vez mais — será fazer o mesmo, porque embora eu possa ser punido em um possível confronto, o que certamente é um resultado ruim, pelo menos é melhor do que terminar como um trouxa e perder tudo."

O resultado dessa lógica rigorosa é que os dois lados possivelmente se inclinarão à traição violenta, o que apresenta um dilema problemático porque, ao fazê-lo, ambos são punidos (no caso de indivíduos, com uma briga, e no caso das nações, talvez com uma desgastante corrida armamentista ou uma guerra comercial), enquanto o melhor desenlace para ambos teria sido dividir a recompensa pela cooperação e pela não violência.

O Dilema do Prisioneiro é uma boa maneira de exemplificar esse problema, ao mostrar que acaba sendo necessário ser mau por medo, já que quem é bom fica à mercê daqueles que perseveram em ser maus (lembrem de Maquiavel).

Por outro lado, essa não é a única forma de ver esse tipo de situação. Por exemplo, quando se trata de violência e não violência, um modelo mais apropriado pode bem ser o chamado jogo do medroso (*chicken game*), que se parece com o Dilema do Prisioneiro, só que aqui a punição é o pior desenlace de todos: o custo da briga — ou até da ameaça de briga — excede o custo de ser um trouxa e evitar o conflito. O "jogo" do medroso é aquele onde dois motoristas dirigem, um em direção ao outro, rumo à colisão, com um tentando induzir o outro a desviar. Aquele que desvia — o equivalente ao que coopera no Dilema do Prisioneiro — é considerado um medroso, enquanto aquele que continuou seu rumo — o equivalente ao que trai no Dilema do Prisioneiro — vence. O problema, no entanto, é que se cada jogador estiver determinado a trair e, portanto, a ganhar à custa do outro, o resultado será que ambos perderão!

Jogos repetidos

Os modelos simplificados da teoria dos jogos também supõem que há apenas um desenlace possível e que qualquer interação ocorre uma única vez. Mas, na realidade, indivíduos e grupos costumam interagir repetidamente e podem variar seu comportamento dependendo do que aconteceu na vez anterior. Ambos os lados, portanto, têm interesse genuíno em gerar uma sequência de interações cooperativas não violentas, porque tanto no Dilema do Prisioneiro como no jogo do medroso a recompensa pela cooperação não violenta é sempre maior que a da violência mútua. Portanto, esses resultados podem, na verdade, produzir o melhor retorno para todos os envolvidos.

Curiosamente, mesmo em interações únicas e isoladas, em que um cálculo estritamente racional sugeriria que a traição competitiva seria a resposta "lógica", a maioria das pessoas se inclina a tentar cooperar, especialmente quando entende que a interação em questão pode se repetir. Interações contínuas oferecem não só as possíveis desvantagens de punições repetidas para a traição mútua (violência), mas também a perspectiva de desfrutar recompensas duradouras pela cooperação mútua (não violência).

Simulações matemáticas e computadorizadas demonstraram, por exemplo, que uma simples estratégia de reciprocidade (pagar na mesma moeda) pode gerar o melhor resultado para todos, inclusive no clássico Dilema do Prisioneiro. Essa estratégia envolve uma cooperação inicial, após a qual cada jogador simplesmente repete a jogada usada pelo outro na rodada anterior. Assim, a cooperação do jogador A provoca a cooperação do jogador B indefinidamente — como resultado de que ambos obtêm repetidamente a recompensa pela cooperação não

violenta. Do mesmo modo, a traição de A produz a traição de B, protegendo, assim, B de ser enganado mais de uma vez e desencorajando A de trair em primeiro lugar.

Mahatma Gandhi não aprovava a retaliação na base do "pagar na mesma moeda", mas enfatizou de maneira contundente que a *satyagraha* — o termo que ele usava para a não violência ativa — deve ser diferenciada da aceitação passiva ou do desejo de evitar conflitos a qualquer preço. Ele também deixou claro que por meio de suas ações os *satyagrahis* acabam modificando o comportamento do possível traidor e que por seu exemplo e disposição para aceitar o sofrimento (de ser trouxas ocasionais, na terminologia da teoria dos jogos) eles podem fazer algo que os teóricos dos jogos em geral não levam em consideração: mudar o comportamento da outra parte apelando à sua natureza mais elevada.

Quando uma vítima responde à violência com ainda mais violência, está se comportando de forma previsível, talvez até instintiva, o que tende a reforçar a agressão do atacante original e inclusive, de certo modo, a validar a violência original, pelo menos do ponto de vista do atacante. Se a vítima é tão violenta, provavelmente ela mereceu ser vítima! Além disso, há uma expectativa generalizada em relação ao poder compensatório, análogo na esfera social à primeira Lei de Newton, que estabelece que para cada ação há uma reação oposta correspondente. Assim, se A ataca B e B ataca de volta, isso quase sempre encoraja A a atacar novamente. Gandhi não era adepto do preceito bíblico "olho por olho, dente por dente", assinalando que, se todos nos comportássemos desse modo, em breve todo mundo estaria cego e desdentado.

Em vez disso, se B responder com não violência, essa resposta não só rompe a cadeia de fúria e ódio (análoga à cadeia hindu de nascimento e reencarnação), mas também põe A em uma posição inesperada. "Trato de inutilizar a espada do tirano", escreveu Gandhi, "não a cruzando com uma arma mais afiada, mas defraudando suas expectativas ao não oferecer resistência física alguma". Essa resistência não é fácil nem indolor, mas a teoria dos jogos, bem como a experiência prática de Gandhi na África do Sul e na Índia e de Martin Luther King Jr. e outros ativistas nos Estados Unidos, confirma que pode ser espetacularmente bem-sucedida.

O estadista e filósofo romano Cícero, em suas cartas pergunta: "O que pode ser feito contra a força, sem força?" (ad Familiares 12.3). Os estudantes da não violência responderiam: "Muito." Ainda mais, eles perguntariam se algo efetivo, duradouro ou proveitoso pode ser feito contra a força, com o uso da força. Finalmente, como vimos, o recurso mútuo à violência leva rapidamente ao que os teóricos dos jogos identificaram como a punição da traição mútua em detrimento de todos. O líder ativista dos direitos civis americanos Martin Luther King, que, como Gandhi, era extremamente prático e voltado para resultados, escreveu que "retribuir violência com violência multiplica a violência, acrescentando uma escuridão mais profunda a uma noite já carente de estrelas. A escuridão não pode banir a escuridão; só a luz pode fazê-lo. O ódio não pode banir o ódio; só o amor pode fazê-lo".

Em resumo, a teoria dos jogos ajuda a iluminar os limites da cooperação, revelando porque "conviver" não é tão simples — ou tão natural — quanto muitos desejariam. Mas, ao mesmo tempo, mostra que os seres humanos não estão necessariamente condenados a um mundo hobbesiano de traição interminável e punitiva e competição dolorosa, se puderem ser persuadidos a ter uma visão mais ampla de sua situação e, assim, de suas oportunidades. ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Poucas Pessoas Fazendo Acontecer

Howard Cincotta

© Sayyid Azim/AP Images

Wangari Maathai (à direita) planta uma árvore em Nairóbi, no Quênia, em 2006 com Barack Obama

Não existe uma fórmula única para implementar mudanças sociais significativas em um mundo com tanta complexidade e diversidade. No entanto, esse mundo oferece enormes oportunidades para aqueles com visão e dedicação atingirem um número sem precedentes de pessoas e criarem programas poderosos baseados nos princípios da não violência, do progresso e da esperança. Aqui estão sete pessoas que mostram como essa mudança pode ser realizada.

Howard Cincotta é ex-editor do Departamento de Estado e correspondente especial do America.gov.

Como alguém decide mudar o mundo — sem força ou coerção — e então realmente consegue fazer isso?

A tarefa é realmente difícil. Como poderia não ser? No entanto, é realizada diariamente por pessoas, famosas e desconhecidas, por meio de uma combinação poderosa de convicção, visão e trabalho árduo sem fim. Seus exemplos inspiram centenas de milhares de outras pessoas a se juntar a elas na busca por um mundo melhor, seja fazendo campanha pela justiça ambiental, promovendo a paz, protegendo os direitos humanos, acabando com a pobreza ou defendendo a liberdade de expressão.

As setes pessoas retratadas aqui têm diferentes formações e carreiras e dedicam-se a diferentes questões. Mas todas compartilham um laço profundo: como exemplos de idealismo, pragmatismo e dedicação, capacitaram pessoas de formações igualmente diversas para se unirem a elas e trabalhar para mudar nosso mundo para melhor.

Wangari Maathai: Árvores da Paz

Antes de a queniana Wangari Maathai lançar seu Movimento Cinturão Verde para o plantio de árvores e a proteção da biodiversidade em sua comunidade – tornando-se a primeira africana a ganhar o Prêmio Nobel da Paz – poucas pessoas equacionaram a degradação ambiental com questões de direitos humanos e democracia. Isso não acontece mais.

Ao anunciar o prêmio em 2004, o Comitê Nobel Norueguês disse: "A paz na Terra depende da nossa capacidade de proteger nosso ambiente social."

Em toda a sua carreira, Wangari demonstrou que o movimento de proteção à biodiversidade e garantia do desenvolvimento sustentável – no Quênia e no mundo todo – está inextricavelmente ligado ao avanço da democracia, aos direitos humanos e à diminuição da pobreza. Ela demonstrou como pequenas comunidades e pessoas pobres podem realizar mudanças significativas em suas vidas através de meios pacíficos e não violentos.

"Pelo Movimento Cinturão Verde, milhares de cidadãos comuns foram mobilizados e capacitados para agir e realizar mudanças", disse Wangari em seu discurso ao receber o Nobel em dezembro de 2004. "Eles

aprenderam a superar o medo e a sensação de desamparo e agiram em defesa dos direitos democráticos."

Wangari não necessariamente via essas conexões quando iniciou seu trabalho. No começo, plantar árvores era simplesmente uma forma direta de atender às necessidades das mulheres da zona rural – as cuidadoras principais de suas famílias – para obter lenha para o fogo, renda extra, água potável, prevenir a erosão e conseguir melhores colheitas.

Mas havia outro resultado, igualmente importante e de longo prazo, segundo Wangari. Essas mulheres, diz ela, "são geralmente as primeiras a tomar consciência dos danos ambientais quando os recursos se tornam escassos e incapazes de sustentar suas famílias".

Em suas memórias, *Unbowed [Incurvável]*, Wangari relembra um cenário de infância exuberante e fértil. Ela escreve: "As estações eram tão regulares que quase se podia predizer que as chuvas longas, de monções começariam a cair em meados de março."

Ao longo das décadas, no entanto, ela testemunhou a mudança das estações, que se tornaram imprevisíveis, e a terra sendo devastada pelo crescimento da população e pela exploração negligente de governos frequentemente corruptos e indiferentes às necessidades tanto dos pobres quanto da natureza.

Mais tarde, após mais de 40 milhões de árvores plantadas, incluindo a criação de uma Rede de Cinturão Verde Pan-Africana, Wangari e seu movimento também aprenderam como as preocupações ambientais estão ligadas a questões mais amplas de boa governança e proteção dos direitos humanos.

Wangari, que obteve diplomas de faculdades nos Estados Unidos e um doutorado da Universidade de Nairóbi, foi detida, presa e espancada quando sua campanha de conscientização desafiou a corrupção endêmica no governo – em especial os planos de construção de uma torre de escritórios no meio do Parque Uhuru, em Nairóbi.

Mas ela venceu. Wangari foi eleita para o Parlamento do Quênia em 2002 e agora atua como ministra adjunta para Meio Ambiente, Recursos Naturais e Vida Selvagem.

Em seu discurso ao receber o prêmio Nobel, Wangari salientou que, embora o Movimento Cinturão Verde no início não tratasse de questões políticas, "logo se tornou claro que a governança responsável do meio ambiente era impossível sem o espaço democrático. Sendo assim, a árvore tornou-se o símbolo da luta democrática no Quênia. (...) Com o passar do tempo, a árvore passou a ser também o símbolo da paz e da resolução de conflitos."

Shirin Ebadi: Crença na Liberdade

Concordem ou não com ela, qualquer pessoa que tenha ouvido Shirin Ebadi, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz de 2003, pode ter pouca dúvida sobre sua firme dedicação pela causa dos direitos humanos e da liberdade política.

"A energia e a emoção demonstradas por ela fizeram cada palavra emitida na sala assemelhar-se à batida do tambor que continua a ressoar bem depois que o percussionista já parou de tocar", comentou um advogado iraniano-canadense no Iranica.com após o pronunciamento de Shirin Ebadi em Toronto.

©Vahid Salemi/AP Images

Shirin Ebadi

O Comitê do Nobel, ao anunciar o nome de Shirin, declarou: "Como advogada, juíza, conferencista, escritora e ativista, ela se pronunciou com clareza e energia em seu país, o Irã, e bem além de suas fronteiras. Shirin mostrou-se uma profissional honesta, uma pessoa corajosa e nunca deu importância às ameaças contra sua própria segurança."

Shirin Ebadi, nascida em 1947, graduou-se na Universidade de Teerã, onde mais tarde obteve o doutorado em Direito, enquanto fazia carreira no Departamento de Justiça. Ela se tornou a primeira juíza do Irã a assumir a presidência do tribunal municipal de Teerã. Foi forçada a se demitir depois da Revolução Islâmica de 1979, que considerava as mulheres inadequadas para esses cargos. As autoridades deram-lhe a função de escrevente no mesmo tribunal antes presidido por ela.

Shirin demitiu-se para dedicar-se à prática do Direito Privado e a escrever incansavelmente sobre uma variedade de assuntos jurídicos, em especial os referentes às mulheres, às crianças e ao Direito da Família. Ela também

passou a aceitar casos difíceis e potencialmente perigosos envolvendo a supressão da liberdade de expressão, bem como o assédio a personalidades reformistas, ou até mesmo o assassinato delas, por elementos ligados aos serviços de segurança do governo.

"Sua recusa em silenciar e sua disposição de aceitar casos delicados sob o ponto de vista político atraiu a admiração de grupos de direitos humanos no mundo todo", comentou um analista do Oriente Médio para a BBC.

Apesar de ameaças e assédio do governo, a campanha multifacetada de Shirin Ebadi pelos direitos humanos, especialmente a favor de mulheres e crianças, continua a reverberar em todo o Irã e no mundo. Em seu país, ela ajudou a fundar a Associação de Apoio aos Direitos das Crianças, em 1995, e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, em 2001. Ela continua a escrever e viajar continuamente, dando palestras sobre justiça social e o papel das mulheres do Islã na Europa, nos Estados Unidos e em muitos outros países.

Shirin denunciou a intervenção externa nos assuntos do Irã e em outras nações, dizendo: "Mantenho a minha opinião de que nada de útil e duradouro pode resultar da violência", ao mesmo tempo insistindo sobre a universalidade dos ideais de liberdade e democracia, em especial para as mulheres. Em suas memórias, *Iran Awakening [O Despertar do Irã]*, ela observou que o antigo regime obrigou as mulheres a retirarem o véu, e o novo governo revolucionário exigiu que as mulheres o adotassem novamente. "O xá Reza foi o primeiro, mas não o último governante iraniano a pôr em prática uma agenda política referente ao corpo das mulheres."

Em 2006, Shirin uniu-se a outras laureadas com o Nobel para criar a Iniciativa Nobel das Mulheres (Women's Nobel Initiative) "com a finalidade de reunir nossas experiências extraordinárias em um esforço comum para a paz com justiça e igualdade". Dois anos depois, a organização denunciou a contínua campanha de assédio e intimidação do governo iraniano contra ela e sua organização de direitos humanos.

Shirin declarou à Campanha Internacional pelos Direitos Humanos no Irã, em janeiro de 2009: "Apesar de todas as pressões, não estou deixando o Irã e não vou interromper minhas atividades a favor dos direitos humanos. Continuarei no mesmo caminho."

No livro *Iran Awakening*, Shirin Ebadi escreveu: "Nos últimos 23 anos, desde o dia em que fui destituída de meu cargo de juíza (...) venho repetindo um refrão: uma interpretação do Islã que esteja em harmonia com a igualdade e a democracia é uma expressão autêntica da fé. Não é a religião que obriga as mulheres, mas as ordens seletivas daqueles que desejam vê-las enclausuradas. Essa crença, juntamente com a convicção de que as mudanças no Irã devem vir de modo pacífico e de dentro do país, serviu de fundamento para o meu trabalho."

Jody Williams: Minas Terrestres e Redes

Duas perguntas continuam a ser feitas sobre Jody Williams, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz de 1997 junto com sua organização, a Campanha Internacional de Proibição de Minas Terrestres (ICBL). Seria o tratado internacional que proscreve minas terrestres antipessoais a realização mais duradoura de Jody Williams? Ou seria o modelo para uma rede global de cidadãos dedicados que ela ajudou a implantar — rede que deu poder a uma nova geração de organizações comprometidas com as mudanças sociais não violentas?

Talvez não haja uma resposta clara porque essas conquistas estão completamente interligadas. Contudo, o que é claro é que Jody Williams e a ICBL lideraram uma das iniciativas de paz de maior sucesso internacional nos dias de hoje, e o fizeram em um período de tempo inacreditavelmente curto.

© Alex Brandon/AP Images

Jody Williams

O poder de redes rápidas e flexíveis é um truísmo na atual era da internet em banda larga. Jody e a ICBL estavam entre os primeiros a demonstrar como essas redes globais dispersas poderiam ser eficazes.

Por volta dos anos 1980, grupos que trabalhavam com ajuda humanitária, desenvolvimento e assistência médica começaram a reconhecer que amplas faixas de território — dos Bálcãs e do Oriente Médio à África e ao Sudeste Asiático — estavam contaminadas e inutilizadas por milhões de minas terrestres e explosivos que continuavam a destruir vidas muito após o fim dos conflitos que levaram à sua utilização.

"A mina terrestre é uma arma sempre pronta para vitimar pessoas", disse Jody em seu discurso de recebimento do Prêmio Nobel. "É o soldado perfeito, a eterna 'sentinela'. A guerra termina e a mina terrestre continua matando."

Seis organizações não governamentais fundaram a Campanha Internacional de Proibição de Minas Terrestres em 1992. Agiram com sutileza, persistência — e tiveram sorte.

Primeiro, mantiveram deliberadamente a ICBL como uma coalizão informal de grupos independentes, sem escritório central ou hierarquia. Em vez disso, construíram uma poderosa rede de comunicação que contava com a tecnologia de ponta da época: telefone, fax e – apenas no último ano da campanha — e-mail. A seguir, a coalizão da ICBL insistiu na realização de uma pesquisa de campo exaustiva para que os fatos e os números citados fossem os mais fidedignos possíveis. A própria Jody é coautora de um estudo detalhado das consequências sociais e econômicas de grandes números de minas terrestres em quatro países.

O *timing* da ICBL também foi muito afortunado. O final da Guerra Fria permitiu que as nações tratassem de questões de paz e segurança a partir de perspectivas novas e deu mais poder aos grupos de cidadãos para exigirem ações internacionais em parceria com o governo — e não como antagonistas ou subordinados.

A ICBL, Jody escreveu posteriormente, "galvanizou a opinião mundial contra as minas terrestres antipessoais a tal ponto que um tratado claro e simples foi negociado em cinco anos. Assinado por 122 nações em dezembro de 1997, o tratado tornou-se lei internacional obrigatória mais rapidamente do que qualquer outro acordo na história. O tratado proibiu, pela primeira vez, de modo abrangente, uma arma comum amplamente usada".

Embora não seja signatário do tratado, os Estados Unidos continuam sendo o maior contribuinte para a desminagem humanitária e proibiram todas as minas antipessoais "persistentes". Os EUA mantêm apenas dispositivos considerados inertes após um período medido em horas ou dias, mas não em anos.

Porém a ICBL não conta apenas com seu notável feito. Sob os olhos vigilantes do seu *Relatório do Monitor de Minas Terrestres*, que mede a conformidade com o Tratado de Proibição de Minas, as nações destruíram mais de 42 milhões de minas estocadas – 500 mil só em 2007. Os programas de desminagem limparam minuciosamente 122 km² em 2007, de acordo com o relatório, e o número de vítimas de minas continua a cair todo ano.

Em ensaio sobre o impacto do Prêmio Nobel, Jody, atualmente professora da Escola de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade de Houston, escreveu: "Nosso modelo de mudança, embora algumas vezes seja objeto de crítica, continua a ser uma inspiração para pessoas em todo o mundo que acreditam que, se pudermos trabalhar juntos — sociedade civil e governo — é possível criar um mundo no qual a segurança humana esteja na base da segurança global, que por sua vez trará a paz, a justiça e a igualdade que todos os seres humanos merecem."

Geoffrey Canada: Uma Esteira Transportadora de Crianças

Geoffrey Canada é um dos afortunados: um menino afro-americano criado em um bairro sombrio da cidade de Nova York que escapou da violência, da pobreza e das escolas abandonadas para obter um título de mestrado em Educação pela Universidade de Harvard. Mas Canada não esqueceu suas raízes; ele foi trabalhar imediatamente no bairro nova-iorquino do Harlem como educador e defensor das crianças.

Canada não apenas resolveu o seu próprio problema, mas também passou a ajudar centenas de outras crianças pobres, em situação de risco, de áreas carentes da cidade. Mas ele decidiu que ainda não era o suficiente.

Um programa da rádio pública de Chicago, chamado *This American Life* (Essa Vida Americana), descreve como, por volta dos anos 80, Canada percebeu que ajudar só umas poucas crianças não ia acabar com o círculo vicioso da pobreza no Harlem ou em qualquer outro lugar; sua organização precisava se esforçar e ajudar quase todo mundo.

"Para poder mudar de fato alguma coisa", ele disse, "tínhamos de pensar em algo realmente grande. Tínhamos

de trabalhar com milhares de crianças, chegando a 10 mil. E precisávamos trabalhar com essas crianças, desde o nascimento até sua formatura na faculdade".

Sua proposta era ao mesmo tempo sem precedentes e cara. Mas Canada, 58 anos, um homem intenso e carismático, está implementando-a com sucesso por meio da Harlem's Children Zone (HCZ) [Zona da Criança do Harlem], que agora atende a mais de 10 mil crianças com serviços sociais, educacionais e médicos abrangentes na região central do Harlem, com orçamento estimado em US$40 milhões para 2009.

As realizações de Canada estão chamando a atenção generalizada de líderes como modelo para quebrar o punho de ferro da pobreza por meio de um compromisso absoluto com as crianças e com seu bem-estar social — um compromisso resumido no título de um novo livro sobre o trabalho de Canada: *Whatever It Takes [Tudo que For Necessário]*, de Paul Tough, editor da *New York Times Magazine*. Entre esses líderes está o presidente Barack Obama, que durante a campanha presidencial de 2008 elogiou a Harlem Children's Zone como "um esforço abrangente e pragmático contra a pobreza que está literalmente salvando uma geração de crianças em um bairro onde se pensava que nunca teriam oportunidades".

Evan Kafka

Geoffrey Canada

Os observadores estão impressionados não só com a visão de Canada, mas também com seus resultados. No ano passado, quase 100% dos alunos de terceira série da HCZ tiveram desempenho compatível ou superior à sua série no exame estadual, resultado sem precedentes para uma escola da área carente de Nova York.

Um elemento que Canada enfatiza é a exposição precoce à linguagem, partindo de pesquisas que mostram que a principal diferença entre famílias pobres e famílias de profissionais liberais não é a raça nem a renda, mas, como diz o escritor Paul Tough, "o simples número de palavras que os pais dizem às crianças".

Os pesquisadores descobriram que nas famílias de classe média as crianças, desde o nascimento até os três anos de idade — período de máximo desenvolvimento cerebral —, escutam até 20 milhões de palavras a mais (às vezes as mesmas palavras repetidas) que as crianças pobres. Em outras palavras, algo tão simples como ler para a criança todas as noites, o que a HCZ pede a todos os pais, pode produzir resultados imensos e positivos na vida da criança.

Mas a leitura é apenas uma das chaves do enfoque revolucionário de Canada, que ele chama de "a esteira transportadora", no sentido de que a HCZ não apenas intervém junto às crianças em certos momentos, mas oferece uma ampla variedade de serviços, todos gratuitos, "do berço à faculdade". A esteira transportadora começa com o celebrado Baby College (Curso sobre Bebês) para grávidas e mães novatas, seguido pelo programa pré-escolar Harlem Gems (Jóias do Harlem) e pelas chamadas *charter schools* (escolas geridas em parceria público-privada) da Promise Academy — tudo complementado por assistência médica e odontológica gratuita, programas extracurriculares e serviços tão especiais quanto programas de atividade física para combater a obesidade e a ameaça desenfreada da asma infantil. E, depois, quando a primeira geração crescer, a HCZ a acompanhará durante o ensino médio e universitário.

"Eles recebem o que as crianças das classes média e alta recebem", afirmou Canada na revista televisiva *60 Minutes*. "Recebem segurança. Recebem estrutura. Recebem enriquecimento acadêmico. Recebem atividade cultural. Eles recebem o cuidado de adultos que os amam e que estão preparados para fazer o que for necessário. E, falo sério, estou preparado para fazer o que for necessário para manter essas crianças no bom caminho."

Francine Prose: Em Defesa das Palavras e dos Escritores

É de se esperar que a maioria dos escritores se mostre preocupada com questões de liberdade de expressão. Mas a conhecida autora americana Francine Prose levou o compromisso com escritores e com a arte de escrever a outro nível. Desde 2007, ela exerce a função de presidente do Centro Americano PEN. Trata-se do braço americano do PEN Internacional, fundado em 1921, que reivindica a distinção de ser a mais antiga organização literária e de direitos humanos do mundo.

Francine Prose faz parte de uma eminente relação de renomados escritores que serviram ao Centro Americano PEN ao longo dos anos, entre eles os dramaturgos Arthur Miller e Eugene O'Neill, os ensaístas Susan Sontag e James Baldwin, os romancistas Thomas Mann e John Steinbeck e os poetas Allen Ginsberg e Robert Frost.

Nascida em 1947, é amplamente respeitada como escritora de ficção, ensaios literários e análise de questões públicas. É ainda editora e professora. Seus romances altamente elogiados cobrem uma eclética gama de assuntos, que vão desde a comunidade acadêmica (*Blue Angel [Anjo Azul]*) à graça e intolerância (*A Changed Man [Um Homem Mudado]*) e, mais recentemente, à entrada na maioridade de uma jovem (*Goldengrove*). Seu mais recente livro de não ficção, refletindo duas de suas paixões, é *Para Ler como um Escritor: Um Guia para Quem Gosta de Livros e para Quem Quer Escrevê-los*.

O Centro Americano PEN (cujo acrônimo deriva de "poetas, editores e romancistas" em inglês) é a maior das 144 seções do PEN Internacional em 99 países e conta com mais de 3.300 membros profissionais. Em seu regimento, o PEN declara que "defende o princípio da liberdade irrestrita de circulação de idéias dentro de cada nação e entre todas as nações... e se opõe a qualquer forma de restrição da liberdade de expressão... e à censura arbitrária".

© Jason DeCrow/AP Images

Francine Prose

O Centro Americano PEN tem criticado o governo dos EUA sobre questões de privacidade e fiscalização judiciária. O PEN, por exemplo, juntou-se a outras organizações que representam bibliotecários, livreiros e autores para pedir mudanças na Lei Patriot, promulgada depois do 11 de Setembro, no sentido de melhorar a proteção à privacidade dos americanos. O PEN também se mostrou bastante crítico em relação à lei que dá maiores poderes ao governo dos EUA para fazer vigilância eletrônica, chamando-a de "um abandono desnecessário das proteções constitucionais que proíbem 'mandados gerais e buscas descabidas'".

Sob a liderança de Francine Prose, o Centro Americano PEN deu continuidade à sua vigorosa campanha para igualmente proteger e defender escritores no mundo todo. Francine fez uma crítica severa à China por suas "restrições sufocantes" à cobertura da imprensa dos tumultos ocorridos no Tibete em 2008 e pelo fracasso de suas promessas em relação a uma imprensa livre e aberta durante as Olimpíadas de Pequim.

Todo 15 de novembro, o PEN Internacional assinala o Dia dos Escritores Presos "para exaltar a coragem de todos os escritores que enfrentam a repressão e defendem a liberdade de expressão". Em 2008 o PEN destacou cinco escritores nessa situação:

- Eynulla Fatullayev, do Azerbaijão, cumprindo mandado de prisão por seus comentários políticos e pela investigação do assassinato de um colega jornalista.
- Tsering Woeser, da China, escritora e poetisa que "tem sofrido assédio contínuo e prolongado por suas matérias sobre o Tibete".
- Mohammad Sadiq Kabudvand, do Irã, jornalista e ativista dos direitos dos curdos atualmente na prisão.
- Melissa Rocia Patiño Hinostroza, do Peru, estudante e poetisa, sendo julgada por supostos vínculos com terroristas apesar da ausência de provas.
- Os autores, o elenco e a equipe de *The Crocodile of Zambezi, Zimbabwe [O Crocodilo de Zâmbia, Zimbábue]*, peça que foi proibida e teve seus dramaturgos e membros ameaçados e espancados.

"O trabalho realizado pelo PEN para fazer avançar a literatura e promover a comunidade mundial de escritores é importante sempre", afirmou Francine Prose. "Mas

nosso compromisso com a liberdade de expressão — para assegurar os direitos humanos e salvar a vida de escritores em todo o mundo, protegendo a liberdade dos jornalistas aqui e no exterior, combatendo as incursões do governo no terreno da privacidade dos leitores e trabalhando nas prisões e nas escolas — nunca pareceu tão importante e tão profundamente necessário."

Katherine Chon e Derek Ellerman: Combate ao Tráfico Humano

O que começou com uma conversa ao jantar entre estudantes em 2001 na Universidade de Brown, em Providence, Rhode Island, tornou-se hoje uma das maiores organizações dos Estados Unidos e do Japão para o combate ao tráfico humano.

Katherine Chon estava discutindo a abolição histórica da escravidão nos Estados Unidos com seu colega de classe Derek Ellerman quando a conversa enveredou para a escravidão dos tempos modernos. Logo depois, o jornal local publicou uma notícia sobre seis mulheres sul-coreanas que haviam sido forçadas a trabalhar em um bordel em Providence, e Katherine teve um estalo.

"Atingiu-me em cheio quando li que elas tinham aproximadamente a minha idade e eram do meu país de origem", disse Katherine em artigo publicado na revista *Women's Health* em 2007.

Graças a isso, Katherine Chon e Derek Ellerman fundaram o Projeto Polaris, que recebeu o nome da Estrela Polar, pois ela guiava escravos do Sul dos Estados Unidos em direção ao Norte, em busca da liberdade, ao longo da chamada Underground Railroad (Ferrovia Clandestina), nos anos anteriores à Guerra Civil Americana (1861-1865).

Os dois elaboraram um plano de negócios para um site que ofereceria ajuda imediata e prática a vítimas do tráfico humano e apresentaram a ideia no concurso de empreendedorismo anual da Universidade de Brown. Apesar de seu *status* sem fins lucrativos, o projeto ganhou o segundo prêmio, no valor de US$ 12.500. Katherine e Ellerman mudaram-se para Washington, DC, em 2003 para montar um escritório.

O desafio a enfrentar é imenso. "O movimento antitráfico é recente e está enfrentando organizações criminosas escoradas em alguns dos males mais incuráveis da sociedade", escreveu Ellerman.

As Nações Unidas estimam que 12,3 milhões de pessoas estão sujeitas a trabalho forçado ou escravo, trabalho escravo infantil e servidão sexual em qualquer momento. Outros cálculos apresentam uma variação ampla de 4 milhões a 27 milhões.

O Projeto Polaris ataca o problema em muitas frentes. Ele realiza atendimento direto e identificação da vítima, inclusive um serviço de disque-denúncia multilíngue para situações de crise e oferece serviços sociais e moradia provisória às vitimas. O Projeto Polaris opera o Centro Nacional de Recursos contra o Tráfico Humano, que serve como central nacional do disque-denúncia sobre o tráfico humano nos Estados Unidos.

A organização também defende leis de combate ao tráfico mais severas em âmbito estadual e federal e envolve os membros da comunidade em atividades de base locais e nacionais. O Polaris possui uma equipe profissional de mais de 30 membros, com escritórios em Washington; Newark, em Nova Jersey; Dever, no Colorado; e Tóquio.

Embora haja inúmeras organizações antitráfico ativas, o Polaris é um dos poucos projetos que trabalha para atacar a indústria criminosa diretamente por meio do endurecimento na aplicação da lei e não somente para cuidar das vítimas.

Como os criminosos muitas vezes consideram o tráfico como uma atividade de baixo risco e alta lucratividade, de acordo com Ellerman, "uma estratégia concentrada que introduz obstáculos ao lucro, combinada com mais processos e condenações, é a abordagem mais eficiente para minar o setor".

David Paterson

Katherine Chon e Derek Ellerman

Ellerman também trabalha com questões relativas ao tráfico humano com a Ashoka, associação dedicada ao empreendedorismo social.

No próximo ano, o Polaris planeja reforçar seu programa de política nacional, com a inclusão de um modelo de legislação de combate ao tráfico para os estados. Katherine e Ellerman também esperam incrementar o dique-denúncia nacional do Polaris, que triplicou em volume para 6 mil chamadas no ano passado e identificou 2.300 possíveis vítimas do tráfico.

"O centro nos permite ter olhos e ouvidos no local, na comunidade", declara Katherine. "As chamadas nos ajudam a identificar mais vítimas, encaminhá-las ao atendimento e instaurar processos contra traficantes."

Ela cita o exemplo de uma professora que, após receber treinamento para localizar vítimas de tráfico, ligou para falar sobre duas garotas latino-americanas que faltaram a um programa extracurricular. As meninas foram encontradas mais tarde e foi instaurado um processo contra os traficantes.

Katherine também espera formar parcerias regionais mais amplas com organizações em outros países. "Queremos adotar medidas severas contra mercados bem específicos e determinados tipos de redes criminosas — casas de massagem asiáticas ou o tráfico de mulheres e crianças latino-americanas — cada um deles com sua própria dinâmica de mercado", diz ela.

Ellerman e Katherine acreditam tanto em sua causa quanto em sua capacidade de provocar mudanças significativas.

"Acredito que as pessoas podem fazer a diferença", declarou Katherine em entrevista a uma revista. "Vá atrás das coisas pelas quais é apaixonado, dedique-se a elas e não tenha medo do desafio."

"A boa notícia é que essa luta pode ser ganha", Ellerman escreveu. "E organizações e líderes bem preparados, visionários, embora pragmáticos, encontram-se no cerne dessa iniciativa." ■

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

Recursos Adicionais

Livros, artigos, filmes e organizações relacionados com mudanças não violentas

Livros e artigos

Ackerman, Peter e Christopher Kruegler. *Strategic Nonviolent Conflict: The Dynamics of People Power in the Twentieth Century [Conflito Não Violento Estratégico: A Dinâmica do Poder Popular no Século Vinte].* Westport, CT: Praeger, 1994.

Asher, Sarah Beth, Lester R. Kurtz e Stephen Zunes, orgs. *Nonviolent Social Movements: A Geographical Perspective [Movimentos Sociais Não Violentos: Perspectiva Geográfica]*. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1999.

Barash, David P. *The Survival Game: How Game Theory Explains the Biology of Cooperation and Competition [O Jogo da Sobrevivência: Como a Teoria dos Jogos Explica a Biologia da Cooperação e da Competição]*. Nova York, Nova York: Times Books, 2003.

Chernus, Ira. *American Nonviolence: The History of an Idea [Não Violência Americana: A História de uma Ideia]*. Maryknoll, Nova York: Orbis Books, 2004. *http://spot.colorado.edu/~chernus/NonviolenceBook/index.htm*

Helvey, Robert. *On Strategic Nonviolent Conflict: Thinking About the Fundamentals [Conflito Não Violento Estratégico: Considerações sobre os Princípios Básicos]*. Boston, Massachusetts: Instituto Albert Einstein, 2004. *http://www.aeinstein.org/organizations/org/OSNC.pdf*

Horgan, John. "Has Science Found a Way to End All Wars?" ["A Ciência Encontrou um Caminho para Eliminar Todas as Guerras?"], *Discover*, publicado on-line (13 de março de 2008). *http://discovermagazine.com/2008/apr/13-science-says-war-is-over-now*

King, Mary. *Mahatma Gandhi and Martin Luther King, Jr. The Power of Nonviolent Action [Mahatma Gandhi e Martin Luther King, Jr. O Poder da Ação Não Violenta]*. Paris: UNESCO Publishing, 1999.

King, Martin Luther. *Dr. Martin Luther King, Jr.'s Radio Address to India [Discurso Radiofônico de Martin Luther King Jr. para a Índia]*. All India Radio (março de 1959). *http://www.sajaforum.org/2009/01/history-50th-anniversary-of-martin-luther-king-jrs-india-visit.html*

Kurlansky, Mark. *Nonviolence: Twenty-Five Lessons From the History of a Dangerous Idea [Não Violência: Vinte e Cinco Lições Extraídas da História de uma Ideia Perigosa]*. Nova York, Nova York: Modern Library, 2006.

Kurlantzick, Josh."Terrorists Against Terror" ["Terroristas Contra o Terror"]. *Fórum de Defesa Ásia-Pacífico*, vol.33, nº 3 (3º trimestre de 2008): pp.36-40.

Lakshmi, Rama. "Son Retraces King's '59 India Pilgrimage" ["Filho Rememora Peregrinação de Martin Luther King à Índia em 1959"]. *The Washington Post* (18 de fevereiro de 2009). *http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/02/17/AR2009021703040.html*

Martin Luther King and the Montgomery Story [Martin Luther King e a História de Montgomery] (em inglês e árabe, no formato de revista em quadrinhos). *http://www.hamsaweb.org/comic/*

Sharp, Gene. *Politics of Nonviolent Action [A Política da Ação Não Violenta]*. Boston, Massachusetts: P. Sargent Publishers, 1973.

Shirky, Clay. *Here Comes Everybody: How Digital Networks Transform Our Ability to Gather and Cooperate [Aí Vem Todo Mundo: Como as Redes Digitais Transformam Nossa Habilidade de Coordenar e Cooperar]*. Nova York, Nova York: Penguin Press, 2008.

Staples, Lee. *Roots to Power: A Manual for Grassroots Organizing [Origens do Poder: Manual para Organizações Populares]*. Westport, Connecticut: Praeger, 2004.

Talbot, David. "The Geeks Behind Obama's Web Strategy" ["Os Gênios da Internet por trás da Estratégia Virtual de Obama"]. *The Boston Globe* (9 de janeiro de 2009).
http://www.boston.com/news/politics/2008/articles/2009/01/08/the_geeks_behind_obamas_web_strategy/?page=full

Ensino da Não Violência. Melhores Práticas para Solução de Conflitos Não Violentos
http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001266/126679e.pdf

Thoreau, Henry David. "Desobediência Civil".
http://thoreau.eserver.org/civil.html

Warren, Mark R. *Dry Bones Rattling: Community Building to Revitalize American Democracy [O Chacoalhar de Ossos Secos: Construção da Comunidade para Revitalizar a Democracia Americana]*. Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press, 2001.

Filmografia: documentários e biografias

A Force More Powerful [Uma Força Mais Poderosa] (2003)
http://www.aforcemorepowerful.org
Produtor: York Zimmerman, Inc.
Sinopse: essa série de televisão mostra como milhões de pessoas deram preferência ao combate à brutalidade e à opressão no século 20 com armas não violentas — e venceram.
Duração: 180 minutos

Bringing Down a Dictator: From Dictatorship to Democracy [A Deposição de um Ditador: Da Ditadura à Democracia] (2003)
http://www.yorkzim.com/pastProd/bringingDown.html
Produtor: York Zimmerman, Inc.
Sinopse: ensina como ver a ação e a luta não violentas como um meio de desafio político. Esse filme também explora a maneira pela qual a não violência ajudou a depor o ditador sérvio Slobodan Milosevic.
Duração: 56 minutos

Eyes on the Prize [De Olho no Prêmio] (1987)
http://www.pbs.org/wgbh/amex/eyesontheprize/index.html
Produtor: Henry Hampton
Sinopse: *Eyes on the Prize* é uma série de documentários premiada sobre o movimento dos direitos civis nos EUA que de modo brilhante elucida a luta pela igualdade racial e justiça social.
Duração: 14 horas

The Fight in the Fields: César Chavez and the Farmworkers' Struggle [O Combate nos Campos: Cesar Chavez e a Luta dos Trabalhadores Rurais] (1997)
http://www.pbs.org/itvs/fightfields/index.html
Produtor: Paradigm Productions
Sinopse: *The Fight in the Fields* acompanha o primeiro movimento bem-sucedido dos trabalhadores rurais nos Estados Unidos, ao mesmo tempo que conta as várias tentativas dramáticas e fracassadas para a sindicalização que acabaram levando a essa vitória. Entre as barreiras para a organização estava o Programa Bracero, que abarrotou o campo de trabalhadores mexicanos contratados entre a Segunda Guerra Mundial e a década de 1960.
Duração: 120 minutos

Freedom on My Mind [Liberdade em Minha Mente] (1994)
http://www.film.com/movies/freedom-on-my-mind/14697772
Produtor: Connie Field
Sinopse: ao contar a dramática história do projeto de registro do eleitor no Mississipi entre 1961 e 1964, *Freedom on My Mind* é um importante documentário que retrata os anos mais tumultuados e significativos da história do movimento dos direitos civis nos EUA.
Duração: 104 minutos

Gandhi (1982)
http://www.imdb.com/title/tt0083987/
Produtor: Richard Attenborough
Sinopse: biografia de Mahatma Gandhi que, de advogado sem importância passou a ser líder espiritual por sua filosofia de não violência aliada a protesto com direcionamento da ação.
Duração: 188 minutos

Organizações não governamentais

Rede de Ação Global da Birmânia
http://www.burma-network.com/

Dia da Solidariedade a Cuba
http://www.facebook.com/pages/Dia-de-Solidaridad-con-Cuba/12432514783

Movimento Jovem Global
http://www.globalyouthmovement.com/

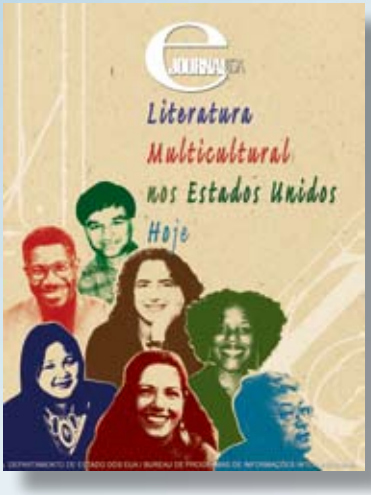
Crianças Invisíveis
http://www.invisiblechildren.com/home.php

Milhões de Vozes Contra as Farc
http://www.facebook.com/pages/One-million-voices-against-FARC/10780185890

Um Milhão de Pessoas contra o Crime na África do Sul
http://www.facebook.com/group.php?gid=6340297802

O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo e disponibilidade dos recursos relacionados acima. Todos os links da internet estavam ativos em março de 2009.

Home page de eJournal USA

http://www.america.gov

REVISTA MENSAL OFERECIDA EM DIVERSOS IDIOMAS